

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	21
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	45
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	134
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	135
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	136
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	137

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.420.804.398
Preferenciais	0
Total	2.420.804.398
Em Tesouraria	
Ordinárias	555.362
Preferenciais	0
Total	555.362

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	54.334.248	55.260.156
1.01	Ativo Circulante	10.334.504	11.404.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.984.682	3.077.931
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.386.163	1.958.490
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.386.163	1.958.490
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.386.163	1.958.490
1.01.03	Contas a Receber	4.042.319	3.709.766
1.01.03.01	Clientes	4.042.319	3.709.766
1.01.04	Estoques	404.688	331.783
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.240.247	1.438.149
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.240.247	1.438.149
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	305.726	494.382
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	934.521	943.767
1.01.07	Despesas Antecipadas	611.592	238.468
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	664.813	649.706
1.01.08.03	Outros	664.813	649.706
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	304.527	299.539
1.01.08.03.02	Outros Ativos	260.411	239.318
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	30.983	29.886
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	68.892	80.963
1.02	Ativo Não Circulante	43.999.744	43.855.863
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.429.776	4.368.195
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	12.965	12.949
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	12.965	12.949
1.02.01.04	Contas a Receber	189.598	199.007
1.02.01.04.01	Clientes	189.598	199.007
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	190.827	138.937
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.036.386	4.017.302
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	506.893	507.873
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	37.346	45.584
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	685.717	689.739
1.02.01.10.06	Imposto, Taxas e Contribuições a recuperar	904.875	874.539
1.02.01.10.07	Imposto de Renda a Recuperar	208.298	218.897
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	209.256	206.455
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	1.269.540	1.257.494
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	214.461	216.721
1.02.02	Investimentos	1.428.311	1.450.812
1.02.02.01	Participações Societárias	1.428.311	1.450.812
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.428.311	1.450.812
1.02.03	Imobilizado	22.689.448	22.411.815
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.470.440	13.110.855
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.697.684	8.658.612
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	521.324	642.348
1.02.04	Intangível	15.452.209	15.625.041

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1.02.04.01	Intangíveis	15.452.209	15.625.041
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.399.843	2.382.138
1.02.04.01.03	Autorizações	9.214.538	9.416.332
1.02.04.01.04	Goodwill	3.112.169	3.112.169
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	725.659	714.402

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	54.334.248	55.260.156
2.01	Passivo Circulante	12.773.034	12.882.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	462.764	386.348
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	462.764	386.348
2.01.02	Fornecedores	3.911.914	4.612.112
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.523.216	4.052.047
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	388.698	560.065
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.164.445	3.112.522
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.858.946	2.795.272
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	48.605	64.407
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	2.810.341	2.730.865
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	235.650	249.485
2.01.03.02.01	ICMS	235.650	249.485
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	69.849	67.765
2.01.03.03.01	ISS	69.849	67.765
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	760.682	1.267.237
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	743.425	1.264.497
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	183.155	165.128
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	560.270	1.099.369
2.01.04.02	Debêntures	17.257	2.740
2.01.05	Outras Obrigações	4.473.229	3.504.747
2.01.05.02	Outros	4.473.229	3.504.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.579.670	647.872
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	244.317	239.714
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	414.768	407.747
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	273.440	279.401
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.846.861	1.808.740
2.01.05.02.08	Outros Passivos	114.173	121.273
2.02	Passivo Não Circulante	16.535.998	16.361.250
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.487.200	2.503.709
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	591.307	646.552
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	564.872	620.943
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	26.435	25.609
2.02.01.02	Debêntures	1.895.893	1.857.157
2.02.02	Outras Obrigações	12.514.525	12.442.223
2.02.02.02	Outros	12.514.525	12.442.223
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições a recolher	9.851	10.603
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.157.802	1.117.416
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	609.039	621.601
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	10.546.622	10.448.035
2.02.02.02.09	Outros Passivos	191.211	244.568
2.02.04	Provisões	1.534.273	1.415.318
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.534.273	1.415.318
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	767.875	666.209
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	215.250	212.929

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.019	5.019
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	512.711	498.180
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	33.418	32.981
2.03	Patrimônio Líquido	25.025.216	26.015.940
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	381.180	381.327
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	36.903	30.707
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.327	-2.984
2.03.04	Reservas de Lucros	10.850.035	12.160.035
2.03.04.01	Reserva Legal	1.380.427	1.380.427
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.362.239	2.362.239
2.03.04.10	Reserva para Expansão	7.107.369	8.417.369
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	319.423	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.313	-3.313

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 31/03/2024	01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.095.529	5.649.267
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.952.881	-3.054.736
3.03	Resultado Bruto	3.142.648	2.594.531
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.029.720	-1.780.972
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.465.720	-1.368.587
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-448.639	-448.396
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.814	35.307
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-134.674	-134.090
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-22.501	134.794
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.112.928	813.559
3.06	Resultado Financeiro	-524.993	-336.200
3.06.01	Receitas Financeiras	252.452	409.466
3.06.02	Despesas Financeiras	-777.445	-745.666
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	587.935	477.359
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-68.512	-64.923
3.08.01	Corrente	-80.558	-134.470
3.08.02	Diferido	12.046	69.547
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	519.423	412.436
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	519.423	412.436
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21	0,17
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21	0,17

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	519.423	412.436
4.03	Resultado Abrangente do Período	519.423	412.436

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.645.687	2.112.329
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.224.174	2.617.621
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	587.935	477.359
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.754.757	1.557.463
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	86.561	88.071
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	22.501	-134.794
6.01.01.05	Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	1.212	-87.154
6.01.01.06	Planos de incentivo a longo prazo	4.544	5.717
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	89.608	98.051
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	2.762	231
6.01.01.09	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	213.852	222.284
6.01.01.10	Perdas por créditos de liquidação esperada	165.697	140.774
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	348.934	272.426
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	-7.032	-6.930
6.01.01.13	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-47.157	-15.877
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.578.487	-505.292
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-464.275	-92.317
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	186.717	6.047
6.01.02.03	Estoques	-72.905	-65.019
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-425.014	-332.629
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	9.624	-8.842
6.01.02.06	Outros Ativos	335	-44.697
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	76.416	75.608
6.01.02.08	Fornecedores	-707.760	815
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-22.422	178.198
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-62.817	-46.467
6.01.02.11	Autorizações a pagar	20.968	16.742
6.01.02.12	Receitas Diferidas	-18.523	17.386
6.01.02.13	Outros Passivos	-98.831	-71.304
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-138.813
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-731.943	598.874
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.354.545	-1.288.520
6.02.05	Resgates de títulos e valores mobiliários	2.055.343	2.279.886
6.02.06	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-1.435.875	-399.000
6.02.07	Outros	3.134	6.508
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.006.993	-1.363.047
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-588.841	-44.109
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-30.054	-28.939
6.03.04	Dividendos e JSCP pagos	-645.112	-654.857
6.03.05	Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	-408.789	-338.982
6.03.06	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-358.895	-277.840
6.03.07	Instrumentos financeiros derivativos	-4.514	-18.320

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.03.08	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	-4.692	0
6.03.09	Incentivos de arrendamentos recebidos	33.904	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.093.249	1.348.156
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.077.931	1.785.100
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.984.682	3.133.256

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-147	0	-200.000	0	-200.147
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.196	0	0	0	6.196
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.343	0	0	0	-6.343
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-200.000	0	-200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	519.423	0	519.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	519.423	0	519.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.310.000	0	0	-1.310.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.310.000	0	0	-1.310.000
5.07	Saldos Finais	13.477.891	381.180	10.850.035	319.423	-3.313	25.025.216

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.715	-600.000	0	0	-594.285
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.715	0	0	0	5.715
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	0	0	-600.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	412.436	0	412.436
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	412.436	0	412.436
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	13.477.891	414.154	10.914.879	412.436	-3.844	25.215.516

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	6.888.736	6.382.716
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.054.433	6.523.490
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-165.697	-140.774
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.031.880	-2.369.640
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.072.125	-1.380.033
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-959.755	-989.607
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.856.856	4.013.076
7.04	Retenções	-1.754.757	-1.557.463
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.754.757	-1.557.463
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.102.099	2.455.613
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	229.952	544.260
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-22.501	134.794
7.06.02	Receitas Financeiras	252.453	409.466
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.332.051	2.999.873
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.332.051	2.999.873
7.08.01	Pessoal	294.087	275.368
7.08.01.01	Remuneração Direta	201.494	193.033
7.08.01.02	Benefícios	65.571	56.278
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.778	18.498
7.08.01.04	Outros	7.244	7.559
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.424.143	1.263.450
7.08.02.01	Federais	680.723	626.948
7.08.02.02	Estaduais	713.893	608.626
7.08.02.03	Municipais	29.527	27.876
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.094.398	1.047.393
7.08.03.01	Juros	774.799	744.470
7.08.03.02	Aluguéis	319.599	302.923
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	519.423	412.436
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	200.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	319.423	412.436
7.08.05	Outros	0	1.226
7.08.05.01	Investimento Social	0	1.226

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	0	55.260.156
1.01	Ativo Circulante	0	11.404.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	3.077.931
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.958.490
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	1.958.490
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	1.958.490
1.01.03	Contas a Receber	0	3.709.766
1.01.03.01	Clientes	0	3.709.766
1.01.04	Estoques	0	331.783
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	1.438.149
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	1.438.149
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0	494.382
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	0	943.767
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	238.468
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	649.706
1.01.08.03	Outros	0	649.706
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	299.539
1.01.08.03.02	Arrendamentos	0	29.886
1.01.08.03.03	Outros valores a compensar	0	80.963
1.01.08.03.04	Outros	0	239.318
1.02	Ativo Não Circulante	0	43.855.863
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	4.368.195
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	12.949
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	12.949
1.02.01.04	Contas a Receber	0	199.007
1.02.01.04.01	Clientes	0	199.007
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	1.257.494
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.257.494
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	138.937
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	2.759.808
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0	218.897
1.02.01.10.04	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	0	874.539
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	507.873
1.02.01.10.06	Arrendamentos	0	206.455
1.02.01.10.07	Outros ativos	0	45.584
1.02.01.10.08	Depósitos judiciais	0	689.739
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	0	216.721
1.02.02	Investimentos	0	1.450.812
1.02.02.01	Participações Societárias	0	1.450.812
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	1.450.812
1.02.03	Imobilizado	0	22.411.815

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	13.110.855
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	8.658.612
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	642.348
1.02.04	Intangível	0	15.625.041
1.02.04.01	Intangíveis	0	12.512.872
1.02.04.01.02	Direito de uso de softwares	0	2.382.138
1.02.04.01.03	Autorizações	0	9.416.332
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	0	714.402
1.02.04.02	Goodwill	0	3.112.169

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	0	55.260.156
2.01	Passivo Circulante	0	12.882.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	386.348
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	386.348
2.01.02	Fornecedores	0	4.612.112
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	4.052.047
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	560.065
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	3.112.522
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	2.795.272
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	64.407
2.01.03.01.02	Outros impostos e taxas	0	2.730.865
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	249.485
2.01.03.02.01	ICMS	0	249.485
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	67.765
2.01.03.03.01	ISS	0	67.765
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	1.267.237
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.264.497
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	165.128
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	1.099.369
2.01.04.02	Debêntures	0	2.740
2.01.05	Outras Obrigações	0	3.504.747
2.01.05.02	Outros	0	3.504.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	647.872
2.01.05.02.04	Passivo de arrendamento	0	1.808.740
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	239.714
2.01.05.02.06	Autorizações a pagar	0	407.747
2.01.05.02.07	Receitas diferidas	0	279.401
2.01.05.02.09	Outros passivos	0	121.273
2.02	Passivo Não Circulante	0	16.361.250
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.503.709
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	646.552
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	620.943
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	25.609
2.02.01.02	Debêntures	0	1.857.157
2.02.02	Outras Obrigações	0	12.442.223
2.02.02.02	Outros	0	12.442.223
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil	0	10.448.035
2.02.02.02.05	Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	0	10.603
2.02.02.02.07	Autorizações a pagar	0	1.117.416
2.02.02.02.08	Receitas diferidas	0	621.601
2.02.02.02.09	Outros passivos	0	244.568
2.02.04	Provisões	0	1.415.318
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	1.415.318

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	666.209
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	212.929
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	5.019
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	498.180
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	0	32.981
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	0	26.015.940
2.03.01	Capital Social Realizado	0	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	0	381.327
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	30.707
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-2.984
2.03.04	Reservas de Lucros	0	12.160.035
2.03.04.01	Reserva Legal	0	1.380.427
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	2.362.239
2.03.04.10	Reserva para Expansão	0	8.417.369
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	-3.313

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	5.640.155
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-2.811.692
3.03	Resultado Bruto	0	2.828.463
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	0	-2.048.952
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-1.479.967
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	-449.982
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	35.527
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-135.938
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-18.592
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	0	779.511
3.06	Resultado Financeiro	0	-223.376
3.06.01	Receitas Financeiras	0	430.215
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-653.591
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	556.135
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-143.699
3.08.01	Corrente	0	-134.823
3.08.02	Diferido	0	-8.876
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	412.436
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	412.436
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0,17
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	0,17

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	412.436
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	412.436
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	412.436

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)****Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	1.959.431
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	2.996.081
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	0	556.135
6.01.01.02	Depreciação e amortização	0	1.777.090
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	0	18.592
6.01.01.04	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	0	-10.080
6.01.01.05	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	0	5.406
6.01.01.06	Provisão para processos judiciais e administrativos	0	98.048
6.01.01.07	Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos	0	88.071
6.01.01.08	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	0	149.258
6.01.01.09	Juros sobre passivo de arrendamento	0	170.852
6.01.01.10	Juros sobre arrendamentos	0	-6.930
6.01.01.11	Provisão para perdas de crédito esperadas	0	159.799
6.01.01.12	Planos de incentivo a longo prazo	0	5.717
6.01.01.13	Juros sobre títulos e valores mobiliários	0	-15.877
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-897.837
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	0	-132.913
6.01.02.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	0	617
6.01.02.03	Estoques	0	-65.019
6.01.02.04	Despesas antecipadas	0	-348.457
6.01.02.05	Depósitos judiciais	0	-8.842
6.01.02.06	Outros ativos	0	-38.618
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas	0	75.608
6.01.02.08	Fornecedores	0	-382.283
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	0	148.934
6.01.02.10	Autorizações a pagar	0	16.742
6.01.02.11	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	0	-46.467
6.01.02.12	Receitas diferidas	0	-11.407
6.01.02.13	Outros passivos	0	-105.732
6.01.03	Outros	0	-138.813
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-138.813
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	598.874
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	0	-1.288.520
6.02.03	Outros	0	6.508
6.02.04	Resgates de títulos e valores mobiliários	0	2.279.886
6.02.05	Aplicações de títulos e valores mobiliários	0	-399.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-1.551.927
6.03.01	Amortização de empréstimos	0	-44.109
6.03.02	Juros pagos – Empréstimos	0	-28.939
6.03.03	Pagamento de passivo de arrendamento	0	-455.176

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.03.04	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	0	-350.526
6.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	-18.320
6.03.06	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-654.857
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	1.006.378
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	2.548.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	3.555.091

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365	0	25.397.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	408.439	11.514.879	0	-3.844	25.397.365	0	25.397.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.715	-600.000	0	0	-594.285	0	-594.285
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.715	0	0	0	5.715	0	5.715
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	0	0	-600.000	0	-600.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	412.436	0	412.436	0	412.436
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	412.436	0	412.436	0	412.436
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	414.154	10.914.879	412.436	-3.844	25.215.516	0	25.215.516

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Justificativa: Não existem saldos consolidados para março 2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	0	6.401.488
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	6.561.287
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-159.799
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-1.977.579
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-916.617
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-1.060.962
7.03	Valor Adicionado Bruto	0	4.423.909
7.04	Retenções	0	-1.777.090
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-1.777.090
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	2.646.819
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	411.622
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-18.592
7.06.02	Receitas Financeiras	0	430.214
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	3.058.441
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	0	3.058.441
7.08.01	Pessoal	0	275.368
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	193.033
7.08.01.02	Benefícios	0	56.278
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	18.498
7.08.01.04	Outros	0	7.559
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	1.413.398
7.08.02.01	Federais	0	772.516
7.08.02.02	Estaduais	0	613.326
7.08.02.03	Municipais	0	27.556
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	956.013
7.08.03.01	Juros	0	652.395
7.08.03.02	Aluguéis	0	303.618
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	412.436
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	412.436
7.08.05	Outros	0	1.226
7.08.05.01	Investimento Social	0	1.226

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre do ano é mais uma confirmação da entrega consistente da Companhia, apresentando resultados sólidos e com crescimento em todas as linhas de receita, no EBITDA, no lucro e no fluxo de caixa operacional.

Além disso, nossas métricas de atendimento ao cliente seguem em evolução, seguimos avançando na expansão do 5G e tivemos o lançamento de uma nova frente focada nos clientes B2B: a TIM IoT Solutions.

O ano só está começando e teremos muitas novidades, como o lançamento de um novo portfólio para clientes B2C e o uso de inteligência artificial nos canais de atendimento, que vem sendo testado nesse momento.

DESTAQUES DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024

FINANCEIRO

NÚMEROS CONSISTENTES NO PRIMEIRO TRIMESTRE

- Sólida expansão das receitas em ritmo de quase duas vezes a inflação: Receita Total e de Serviços crescendo +7,3% A/A;
- Contribuição das principais linhas de receita: RSM crescendo +7,4% A/A e Receita da TIM UltraFibra +9,1% A/A no 1T24;
- Mais um recorde no ARPU Móvel: ARPU total alcançando R\$ 30,3 (+8,8% A/A) no 1T24, com Pós-pago ex-M2M atingindo R\$ 51,0 (+6,3% A/A);
- Crescimento de dois-dígitos do EBITDA (+10,7% A/A), com expansão de Margem de +1,4 p.p. A/A;
- Melhor EBITDA-AL* - Capex em um 1º trimestre: R\$ 843 milhões (+58,6% A/A);
- Resultado consistente: Lucro Líquido Normalizado atingindo R\$ 519 milhões no 1T24 (+19,0% A/A).

+7,3%

Avanço A/A da Receita Líquida Normalizada no 1T24

+10,7%

Evolução A/A do EBITDA Normalizado no 1T24

47,4%

Margem EBITDA Normalizada no 1T24

+58,6%

Crescimento A/A do EBITDA-AL* - Capex no 1T24

13,8%

EBITDA-AL* - Capex sobre a Receita Líquida Normalizada no 1T24

22,2%

Capex sobre a Receita Líquida Normalizada no 1T24

OUTROS DESTAQUES

EVOLUINDO EM DIFERENTES FRENTES

- 5G já está disponível 266 cidades, incluindo todas as capitais;
- Lançamento da marca TIM IoT Solutions, reforçando nossa expertise na transformação digital, com foco no Agronegócio, Utilities, Logística e Indústria 4.0;
- Única empresa no setor de telecom ganhadora de 4 selos no ranking de Diversidade pelo Great Place to Work Brasil, nas categorias: LGBTQIA+, 50+, Mulher e Étnico-racial.

+19,0%

Aumento A/A do Lucro Líquido Normalizado no 1T24

R\$ 200 mi

de JCP anunciados no 1T24

CONFERÊNCIA DE RESULTADOS

7 de maio de 2024, às:
9:30 (BRT) / 8:30 (US EST)
Transmissão (Zoom): [Clique aqui](#)

* EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e desconsiderando o impacto das multas do descomissionamento dos sites. Para maiores detalhes, acesse o Anexo 5 – EBITDA After Lease.

Comentário do Desempenho

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	%T/T
FINANCEIRO (R\$ milhões)					
Receita Líquida Normalizada*	6.096	5.681	7,3%	6.275	-2,9%
Receita de Serviços	5.909	5.508	7,3%	6.035	-2,1%
Serviço Móvel	5.577	5.193	7,4%	5.706	-2,3%
Serviço Fixo	332	315	5,5%	329	1,1%
Custos Normalizados* da Operação	(3.205)	(3.069)	4,4%	(3.125)	2,6%
EBITDA Normalizado*	2.890	2.612	10,7%	3.150	-8,2%
Margem EBITDA Normalizada*	47,4%	46,0%	1,4p.p.	50,2%	-2,8p.p.
Lucro Líquido Normalizado*	519	437	19,0%	900	-42,3%
Capex	1.355	1.289	5,1%	1.292	4,8%
EBITDA-AL Normalizado* - Capex	843	532	58,6%	1.169	-27,9%
OPERACIONAL					
Base Móvel de Clientes ('000)	61.420	61.721	-0,5%	61.248	0,28%
Pré-pago	33.312	35.653	-6,6%	33.634	-1,0%
Pós-pago	28.108	26.067	7,8%	27.614	1,8%
Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)	806	732	10,1%	802	0,5%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita (+R\$ 41,0 milhões no 1T23) e Custos (-R\$ 303,2 milhões no 4T23 e -R\$ 4,4 milhões no 1T23). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita e Custos, descritos anteriormente, e por itens não recorrentes no Resultado Financeiro Líquido (+R\$ 27,5 milhões no 4T23) e no Imposto de Renda e a Contribuição Social (+R\$ 93,8 milhões no 4T23 e -R\$ 12,4 milhões no 1T23). EBITDA-AL Normalizado desconsiderando o impacto das multas do descomissionamento de sites (+R\$ 26,6 milhões no 1T24 e +R\$ 83,0 milhões no 4T23).

Comentário do Desempenho**EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES****PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS**

No dia 19 de março de 2024, o Conselho de Administração (“CdA”) da TIM S.A. aprovou a distribuição de R\$ 200 milhões a título de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”). O pagamento ocorreu no dia 22 de abril de 2024. E no dia 28 de março de 2024, a Companhia comunicou o pagamento de Dividendos complementares relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 1,31 bilhão a serem pagos em abril, julho e outubro de 2024. No dia 22 de abril de 2024, a TIM S.A. realizou o pagamento da primeira parcela dos Dividendos complementares no valor de R\$ 437 milhões.

APORTE PARA O FUNDO DE INVESTIMENTOS 5G

Em 30 de abril de 2024, a Companhia realizou novo aporte de aproximadamente US\$ 15 milhões (R\$ 77 milhões) no Fundo 5G, reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO

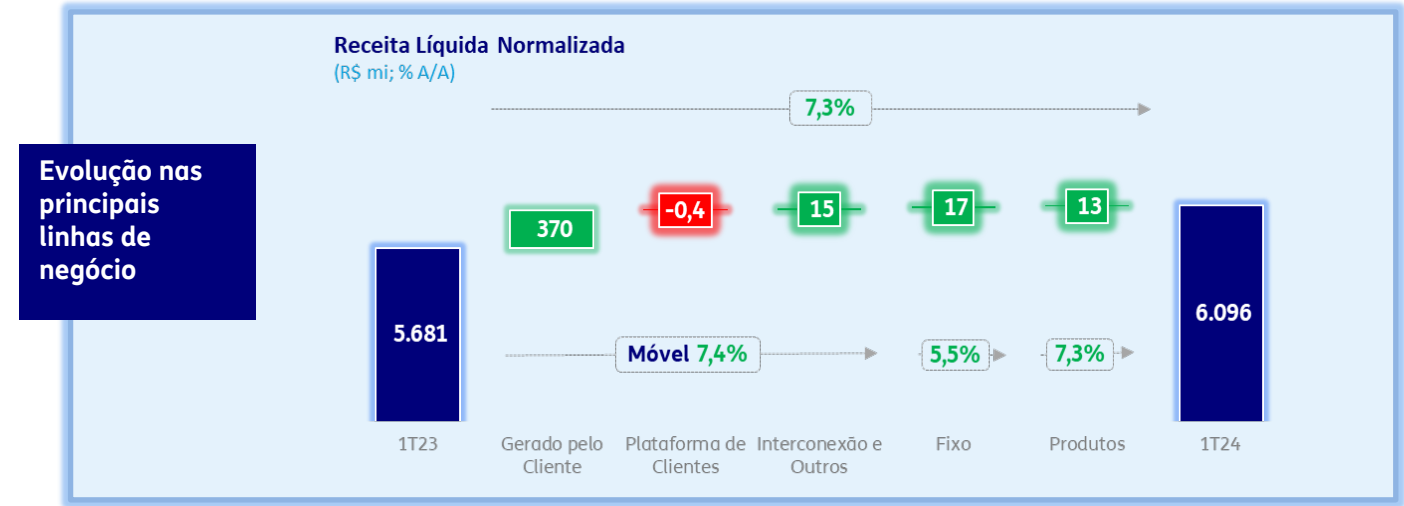
RECEITA OPERACIONAL

▶ **SÓLIDA EXPANSÃO COM DESEMPENHO CONSISTENTE EM TODAS AS PRINCIPAIS LINHAS DE RECEITA**

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	%T/T
R\$ milhões					
Receita Líquida Reportada	6.096	5.640	8,1%	6.275	-2,9%
Receita Líquida Normalizada*	6.096	5.681	7,3%	6.275	-2,9%
Receita de Serviços	5.909	5.508	7,3%	6.035	-2,1%
Serviço Móvel	5.577	5.193	7,4%	5.706	-2,3%
Gerada pelo Cliente	5.191	4.822	7,7%	5.285	-1,8%
Interconexão	94	111	-14,6%	101	-6,9%
Plataforma de Clientes	31	32	-1,3%	40	-22,0%
Outras Receitas	260	229	13,6%	280	-7,0%
Serviço Fixo	332	315	5,5%	329	1,1%
dos quais TIM UltraFibra	229	209	9,1%	227	0,7%
Receita de Produtos	186	174	7,3%	241	-22,6%

* Receita Líquida normalizada pelo efeito temporário de ineficiência de PIS/COFINS em consequência de um contrato entre TIM S.A. e Cozani (+R\$ 41,0 milhões no 1T23). A Cozani teve sua incorporação por parte da TIM S.A. efetivada a partir da data de 1º de abril de 2023.

No primeiro trimestre de 2024, a Receita Líquida Normalizada expandiu 7,3% A/A, totalizando R\$ 6.096 milhões. Esse resultado teve a contribuição de todas as principais frentes: (i) Receita de Serviços Móveis avançando 7,4% A/A, sendo alavancada pelo Pós-pago; (ii) Receita do Serviço de Banda Larga TIM UltraFibra crescendo 9,1% A/A; e (iii) Receita de Produtos com aumento de 7,3% A/A.



Comentário do Desempenho

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita de Serviço Móvel (“RSM”) Normalizada totalizou R\$ 5.577 milhões no 1T24, o que representa um crescimento de 7,4% A/A, refletindo, principalmente, o desempenho orgânico positivo do Pós-pago. Já o **ARPU Móvel Normalizado (receita média mensal por usuário) atingiu R\$ 30,3, o maior do setor**, representando uma expansão de 8,8% A/A – o maior crescimento para um 1º trimestre na história da Companhia – e que, mais uma vez, corrobora com nossa estratégia de maior monetização da base de clientes.

Abaixo o detalhamento do desempenho de cada perfil de cliente móvel:

- I. **A Receita do Pré-pago esteve próxima da estabilidade (+0,4% A/A) no 1T24, com o ARPU do Pré-pago atingindo R\$ 14,6 (+5,4% A/A)**. Nesse trimestre, a linha foi impactada por efeitos sazonais (por exemplo, período de férias, Carnaval, pico de inflação sobre a alimentação em domicílio) que afetou a dinâmica da recarga. Além disso, a boa performance na migração de clientes do Pré-pago para Pós-pago também teve um peso relevante. A combinação desses elementos reduziu os efeitos positivos do ajuste da oferta quinzenal ocorrido no 4T23.
- II. **A Receita do Pós-pago teve boa performance, crescendo 7,4% A/A no 1T24, com o ARPU do Pós-pago atingindo R\$ 42,1 (+4,1% A/A) e o ARPU do Pós-pago ex-M2M atingindo R\$ 51,0 (+6,3% A/A)**. O desempenho é explicado: (i) pelo reajuste tarifário sobre as ofertas do Pós-pago ao longo de 2023; (ii) pelo aprimoramento na gestão da base de clientes, reduzindo as taxas de desconexões para 1,1% ao mês, sendo 0,8% no Pós-pago ex-M2M – uma das menores na história da Companhia; e (iii) pelo contínuo processo de migração para planos de mais alto valor, reforçando a atratividade dos nossos planos pós-pagos.

A Receita de Interconexão (ITX) reduziu 14,6% A/A no 1T24, em função de um menor tráfego entrante no comparativo anual.

A Receita de Plataforma de Clientes somou R\$ 31 milhões no 1T24, um recuo de 1,3% A/A, em função de uma desaceleração já esperada nessa linha, como consequência da revisão do modelo de negócios e busca por novas parcerias com ofertas exclusivas.

A linha de Outras Receitas Normalizadas¹ registrou aumento de 13,6% A/A, em decorrência de um aumento de receitas relacionadas a reajustes sobre os contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede.

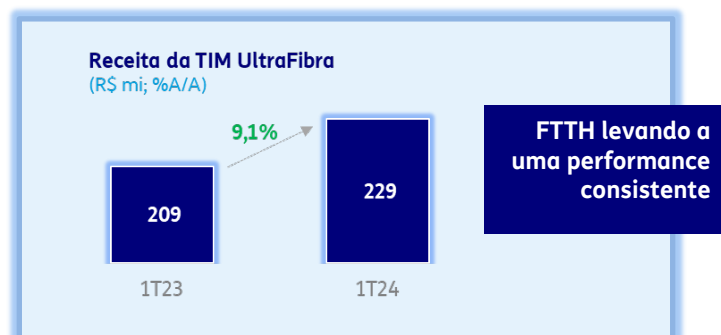
¹ A linha de Outras Receitas teve um impacto não recorrente de R\$ 41,0 milhões no 1T23, referente ao efeito temporário de ineficiência de PIS/COFINS em consequência de um contrato entre TIM S.A. e Cozani, que foi extinto com a incorporação da última.

Comentário do Desempenho

Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo somou R\$ 332 milhões no 1T24, uma alta de 5,5% A/A.

Já a **TIM UltraFibra**, principal linha do fixo, teve alta de **9,1% A/A no 1T24**, sustentando seu ritmo de crescimento e atingindo o **maior ARPU de banda larga da história da Companhia, R\$ 95,8 (+3,1% A/A)**. O resultado consistente reflete a estratégia da Companhia em focar na evolução do FTTH (*Fiber-to-the-Home*), que já representa mais de 90% da nossa base de clientes total da banda larga.



Detalhamento da Receita de Produtos (líquido de impostos e deduções):

A **Receita de Produtos** registrou crescimento de **7,3% A/A**, seguindo o aumento da venda de aparelhos, principalmente aqueles compatíveis com a tecnologia 5G, e de equipamentos relacionados a nossa vertente de negócios de “B2B IoT” – o que traduz nossa busca por maior diversificação no portfólio de produtos a fim de atender às necessidades dos clientes e oferecer maior comodidade.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

► OPEX AUMENTANDO MENOS QUE A RECEITA

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	%T/T
R\$ milhões					
Custos Reportados da Operação	(3.205)	(3.065)	4,6%	(2.822)	13,6%
Custos Normalizados* da Operação	(3.205)	(3.069)	4,4%	(3.125)	2,6%
Pessoal	(364)	(335)	8,7%	(359)	1,4%
Comercialização	(980)	(1.034)	-5,2%	(960)	2,1%
Rede e Interconexão	(1.135)	(966)	17,4%	(1.032)	10,0%
Gerais e Administrativos	(220)	(245)	-10,0%	(233)	-5,5%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(248)	(230)	7,7%	(311)	-20,4%
Provisão para Devedores Duvidosos	(166)	(160)	3,7%	(173)	-4,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(93)	(100)	-6,7%	(58)	60,4%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.958)	(2.839)	4,2%	(2.814)	5,1%

* Custos da Operação normalizados por: efeito não recorrente da contabilização do acordo de ajuste de preço de fechamento dos ativos móveis da Oi (-R\$ 303,4 milhões no 4T23), gastos com consultorias no âmbito do projeto de aquisição da Oi Móvel e migração dos clientes (+R\$ 190 mil no 4T23 e +R\$ 12,5 milhões no 1T23), créditos de PIS/COFINS gerados no contrato de *intercompany* com a Cozani (-R\$ 17,7 milhões no 1T23) e despesas com FUST/FUNTEL relativas ao contrato de *intercompany* com a Cozani (+R\$ 886 mil no 1T23).

Comentário do Desempenho

Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 3.205 milhões no 1T24, aumento de 4,4% A/A. Já os Custos e Despesas Operacionais Reportados também atingiram R\$ 3.205 milhões no 1T24, porém representando um aumento de 4,6% A/A, justificado pelos efeitos não recorrentes registrados no 1T23 e indicados na tabela acima.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Custos com Pessoal registraram alta de 8,7% A/A no 1T24, impactados por reajuste sobre salários, aprimoramento de benefícios e por custos atreladas à participação dos colaboradores nos resultados da Companhia.

A linha de Comercialização e Publicidade teve recuo de 5,2% A/A no 1T24, explicada, majoritariamente: (i) pelo encerramento do *Temporary Service Agreement* com a Oi no ano passado, beneficiando o comparativo anual; e (ii) por menores custos com atendimento ao cliente, em virtude da maior penetração do atendimento por via digital.

O grupo de Rede e Interconexão Normalizado² subiu 17,4% A/A no 1T24, reflexo de uma piora na linha de Interconexão, que segue sendo afetada por: (i) maiores despesas com serviços de *roaming*, em linha com a reformulação do portfólio de *roaming* internacional; (ii) maiores gastos com provedores de conteúdo; e (iii) maiores custos com manutenção da rede de fibra devido a expansão da TIM UltraFibra no ano passado.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) reduziram 10,0% A/A no 1T24, em razão de menores gastos com a contratação de serviços de consultoria estratégica em comparação ao primeiro trimestre do ano anterior.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) cresceu 7,7% A/A no 1T24, em linha com a evolução da receita e acompanhando a dinâmica de vendas de aparelhos de maior custo médio.

A linha de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) teve aumento 3,7% A/A no 1T24, leve alta dentro da expectativa da Companhia à medida que o *mix* da base de clientes migra para o Pós-pago. Ainda assim, o percentual da **PDD sobre Receita Bruta atingiu o patamar de 1,9%** (vs. 2% no 1T23).

Outras Despesas (Receitas) Operacionais Normalizadas³ reduziram 6,7% A/A no 1T24, principalmente em função do menor nível de provisões para contingências cíveis, em contrapartida a um gasto maior com provisões de contingência fiscal.

² A linha de Rede e Interconexão teve impactos não recorrentes de R\$ 190 mil no 4T23 e R\$ 12,5 milhões no 1T23, referentes a despesas com consultorias no âmbito do projeto de migração dos clientes vindos da Oi, e de -R\$ 17,7 milhões no 1T23, referente a créditos de PIS/COFINS gerados no contrato de *intercompany* com a Cozani.

³ A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais teve impacto não recorrente de -R\$ 303,4 milhões no 4T23, referente ao efeito da contabilização do acordo de ajuste de preço de fechamento dos ativos móveis da Oi, e de R\$ 886 mil no 1T23, referente a despesas com FUST/FUNTEL.

Comentário do Desempenho

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

▶ NÚMEROS ROBUSTOS NO EBITDA: CRESCIMENTO DE DOIS-DÍGITOS E EXPANSÃO DE MARGEM

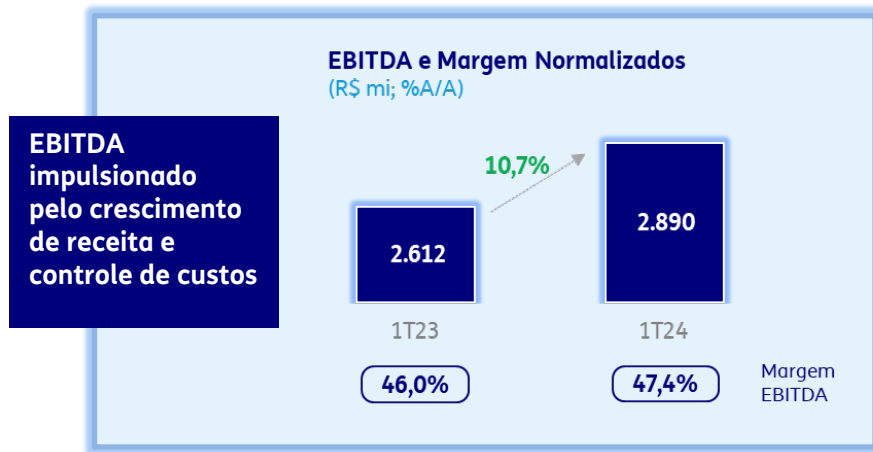
DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	%T/T
Normalizado (R\$ milhões)					
EBITDA Normalizado*	2.890	2.612	10,7%	3.150	-8,2%
Margem EBITDA Normalizada*	47,4%	46,0%	1,4p.p.	50,2%	-2,8p.p.
Depreciação & Amortização	(1.755)	(1.777)	-1,3%	(1.750)	0,3%
Depreciação	(1.276)	(1.293)	-1,4%	(1.267)	0,7%
Amortização	(479)	(484)	-1,0%	(483)	-0,9%
Equivalência Patrimonial	(23)	(19)	21,0%	(23)	-1,7%
EBIT Normalizado*	1.113	816	36,4%	1.377	-19,2%
Margem EBIT Normalizada*	18,3%	14,4%	3,9p.p.	21,9%	-3,7p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(525)	(223)	135,0%	(450)	16,6%
Despesas Financeiras	(754)	(596)	26,6%	(755)	-0,1%
Receitas Financeiras Normalizado*	221	375	-41,0%	314	-29,6%
Variações Cambiais, Líquidas	8	(3)	n.a.	(10)	n.a.
Lucro Antes dos Impostos Normalizado*	588	593	-0,8%	927	-36,5%
Imposto de Renda e Cont. Social Normalizado*	(69)	(156)	-56,1%	(26)	163,0%
Lucro Líquido Normalizado*	519	437	19,0%	900	-42,3%
Total de Itens Normalizados	-	(24)	n.a.	182	n.a.
Reportado (R\$ milhões)					
EBITDA Reportado	2.890	2.575	12,2%	3.453	-16,3%
Margem EBITDA Reportada	47,4%	45,7%	1,8p.p.	55,0%	-7,6p.p.
EBIT Reportado	1.113	780	42,8%	1.680	-33,8%
Margem EBIT	18,3%	13,8%	4,4p.p.	26,8%	-8,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(525)	(223)	135,0%	(478)	9,9%
Lucro Antes dos Impostos	588	556	5,7%	1.202	-51,1%
Imposto de Renda e Cont. Social Reportado	(69)	(144)	-52,3%	(120)	-42,8%
Lucro Líquido Reportado	519	412	25,9%	1.083	-52,0%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita (+R\$ 41,0 milhões no 1T23) e Custos (-R\$ 303,2 milhões no 4T23 e -R\$ 4,4 milhões no 1T23). Resultado Financeiro Líquido normalizado pela atualização monetária sobre o efeito não recorrente da contabilização do acordo de ajuste de preço de fechamento dos ativos móveis da Oi (+R\$ 27,5 milhões no 4T23). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita, Custos e Resultado Financeiro Líquido, descritos anteriormente, e por itens não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre o efeito não recorrente da contabilização do acordo de ajuste de preço de fechamento dos ativos móveis da Oi (+R\$ 93,8 milhões no 4T23), créditos fiscais relativos ao contrato de intercompany com a Cozani (-R\$ 8,2 milhões no 1T23) e por outros efeitos fiscais (-R\$ 64 mil no 4T23 e -R\$ 4,2 milhões no 1T23).

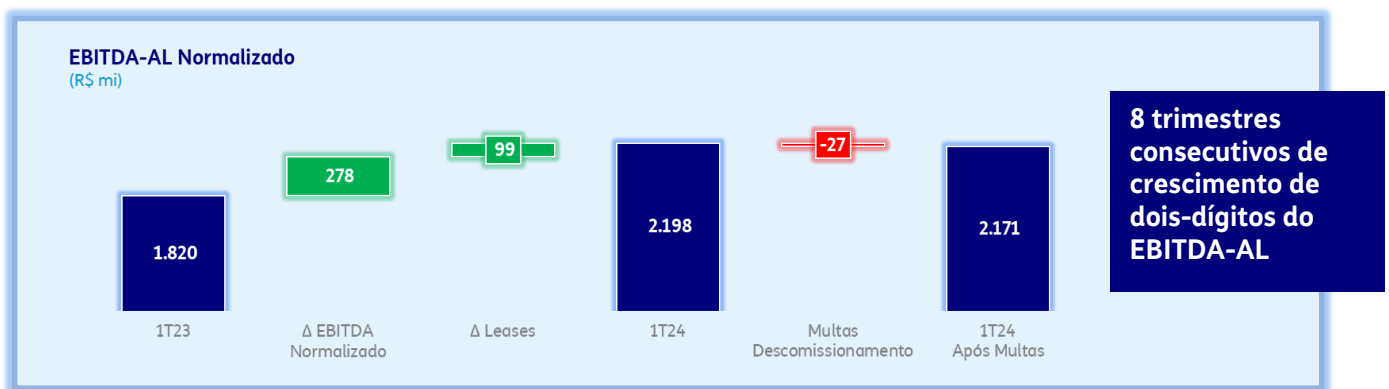
Comentário do Desempenho

EBITDA⁴ (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial)

O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 2.890 milhões no 1T24, um robusto avanço de 10,7% A/A, suportado por um sólido desempenho operacional nas principais frentes de negócio. Com isso, a **Margem EBITDA Normalizada** atingiu 47,4%, o que representa uma expansão de 1,4 p.p. A/A, recuperando seu elevado patamar após período impactado pela aquisição dos ativos da Oi Móvel.



Retornando com os efeitos dos arrendamentos (“leases”) para dentro do EBITDA, o **EBITDA-AL (“After Lease”) Normalizado⁵** (desconsiderando o impacto das multas aplicadas no descomissionamento de sites⁶) atingiu um crescimento de 20,7% A/A no 1T24, totalizando R\$ 2.198 milhões, com **margem de 36,1%**, o que representa +4,0 p.p. A/A, refletindo os benefícios de uma abordagem holística voltada à eficiência.



⁴ EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de “Receita” e “Custos”.

⁵ EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e desconsiderando o impacto das multas aplicadas no descomissionamento dos sites. Para maiores detalhes, acesse o Anexo 5 – EBITDA After Lease.

⁶ O descomissionamento de sites se trata do processo de desativação de torres e estruturas de transmissão por meio de renegociação e/ou cancelamento de contratos de arrendamento com as empresas de torres. Após a aquisição da Oi Móvel, a Companhia está trabalhando para desligar aproximadamente 60% dos sites que são sobrepostos ou estão próximos a sites onde a TIM já estava presente.

Comentário do Desempenho

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	% A/A	4T23	% T/T
<i>R\$ milhões</i>					
Depreciação	(1.276)	(1.293)	-1,4%	(1.267)	0,7%
dos quais Depreciação de Arrendamentos	(471)	(628)	-25,0%	(478)	-1,5%
Amortização	(479)	(484)	-1,0%	(483)	-0,9%
D&A Total	(1.755)	(1.777)	-1,3%	(1.750)	0,3%

A linha de D&A apresentou queda de 1,3% A/A no 1T24. O recuo é explicado por: (i) redução na depreciação de direitos de uso de arrendamentos do IFRS 16, como efeito do descomissionamento de torres; e (ii) um menor montante de Amortização de softwares.

O EBIT Normalizado cresceu 36,4% A/A no 1T24 com uma margem de 18,3%, refletindo a evolução consistente do EBITDA.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	%T/T
<i>R\$ milhões</i>					
Itens Caixa	(506)	(557)	-9,1%	(498)	1,7%
Juros sobre Dívidas Financeiras (Líquido de Derivativos)	(82)	(143)	-42,4%	(133)	-38,0%
Juros relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa	106	123	-13,9%	141	-24,9%
Juros sobre Arrendamentos	(342)	(351)	-2,6%	(325)	5,2%
Atualização Monetária e Juros Leilão de Espectro	(26)	(25)	4,3%	(37)	-27,6%
Outros*	(162)	(161)	0,5%	(145)	11,6%
Itens Não Caixa	(19)	334	n.a.	48	n.a.
Juros Capitalizados de Licenças	-	74	n.a.	-	n.a.
Marcação a Mercado de Derivativos	(19)	53	n.a.	48	n.a.
Marcação a Mercado do C6	-	20	n.a.	-	n.a.
Outros	-	187	n.a.	-	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	(525)	(223)	135,0%	(450)	16,6%

* Resultado Financeiro Líquido normalizado pela atualização monetária sobre o efeito não recorrente da contabilização do acordo de ajuste de preço de fechamento dos ativos móveis da Oi (+R\$ 27,5 milhões no 4T23).

Nesse trimestre, o Resultado Financeiro Líquido⁷ foi negativo em R\$ 525 milhões, uma piora de R\$ 302 milhões vs. 1T23, impactado, principalmente, por itens que não afetam o fluxo de caixa: (i) efeito negativo no comparativo anual gerado pelo impacto da renegociação de contratos de *lease* de torres registrado no 1T23; (ii) encerramento da capitalização de juros da licença de 3.5GHz; e (iii) impacto negativo do não atingimento de nova *tranche* do bônus de subscrição do C6 no 1T24; e (iv) resultado negativo da marcação a mercado dos derivativos no trimestre.

⁷ Resultado Financeiro Líquido teve impacto não recorrente de R\$ 27,5 milhões no 4T23, referente a atualização monetária sobre o efeito da contabilização do acordo de ajuste de preço de fechamento dos ativos móveis da Oi.

Comentário do Desempenho

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Na visão Normalizada⁸, o Imposto de Renda e a Contribuição Social (“IR/CSLL”) totalizou -R\$ 69 milhões no 1T24 em comparação a -R\$ 156 milhões no 1T23, o que representou uma **alíquota efetiva de -11,7%** frente a -26,3% no 1T23. Essa melhora está relacionada a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no 1T24, o que não ocorreu no mesmo período do ano anterior. No 1T23, ainda foram verificados impactos no imposto diferido referente aos ativos da Cozani, o que também contribuiu para essa melhora ano a ano.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Normalizado⁹ totalizou R\$ 519 milhões no 1T24, uma expansão de 19,0% A/A, mantendo a dinâmica de recuperação do *bottom-line* com crescimento de dois-dígitos que vem apresentando nos últimos trimestres. Com isso, o Lucro por Ação (LPA) Normalizado do trimestre alcançou R\$ 0,21 vs. R\$ 0,18 no 1T23.

CAPEX

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	% A/A	4T23	% T/T
R\$ milhões					
Rede	984	886	11,1%	878	12,0%
TI e Outros	371	403	-8,0%	414	-10,4%
Capex Total	1.355	1.289	5,1%	1.292	4,8%
Capex Total/Receita Líquida	22,2%	22,7%	-0,5p.p.	20,6%	1,6p.p.

O Capex totalizou R\$ 1.355 milhões no 1T24, um crescimento de 5,1% A/A, em razão de uma maior alocação de investimentos em infraestrutura de rede com a consolidação do 5G em novas regiões – nesse trimestre, levamos a cobertura 5G para 100% dos bairros de Belo Horizonte e Goiânia. Cabe ressaltar que essa linha segue a sazonalidade já esperada pela Companhia e, portanto, segue inalterada a projeção divulgada pela TIM para o Capex do ano de 2024.

Com isso, o indicador Capex sobre a Receita Líquida Normalizada atingiu 22,2% vs. a 22,7% no 1T23, um recuo de 0,5 p.p. A/A.

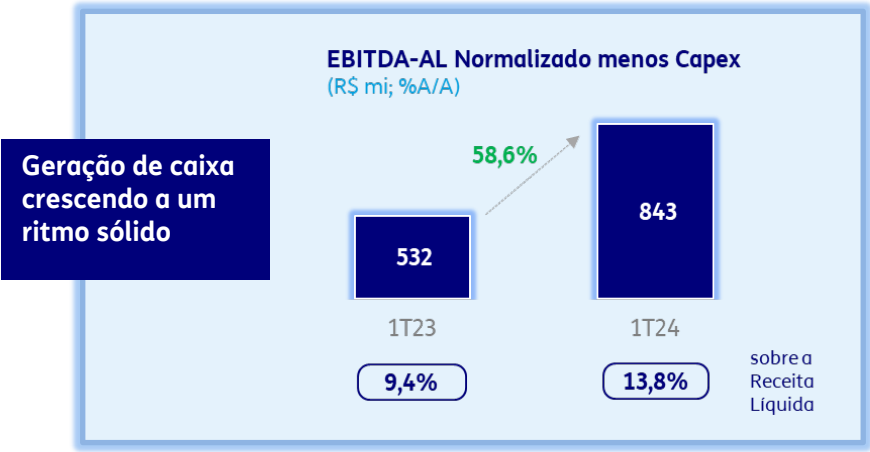
⁸ A linha de Imposto de Renda e a Contribuição Social teve impacto não recorrente de R\$ 93,8 milhões no 4T23, referente aos impostos diferidos e correntes sobre o efeito da contabilização do acordo de ajuste de preço de fechamento dos ativos móveis da Oi, -R\$ 8,2 milhões no 1T23, referente a créditos fiscais relativos ao contrato de *intercompany* com a Cozani, e de -R\$ 64 mil no 4T23 e -R\$ 4,2 milhões no 1T23, referentes a outros efeitos fiscais.

⁹ Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido”.

Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA

O EBITDA Normalizado (-) Capex somou R\$ 1.536 milhões no 1T24, uma alta de 16,1% A/A. Retornando os efeitos dos arrendamentos, **o EBITDA-AL Normalizado¹⁰ (-) Capex totalizou R\$ 843 milhões, expandindo 58,6% A/A no trimestre.** Ambos os resultados foram possíveis em virtude de uma sólida evolução do EBITDA, complementada por uma redução significativa no patamar de leases. Já o indicador **EBITDA-AL Normalizado (-) Capex sobre a Receita Líquida Normalizada atingiu 13,8%.**



DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	% T/T
R\$ milhões					
EBITDA Reportado	2.890	2.575	12,2%	3.453	-16,3%
Capex	(1.355)	(1.289)	5,1%	(1.292)	4,8%
EBITDA Reportado - Capex	1.536	1.287	19,3%	2.161	-28,9%
Ajuste Ganho do Preço de Fechamento da Oi Móvel*	-	-	n.a.	(303)	n.a.
EBITDA Reportado - Capex - Ajuste	1.536	1.287	19,3%	1.858	-17,3%
Δ Capital de Giro e Imposto de Renda	(1.237)	(691)	79,0%	1.646	n.a.
dos quais Pagamentos do Leilão de Espectro	-	-	n.a.	(186)	n.a.
Pagamento de Leases**	(734)	(806)	-8,9%	(788)	-6,8%
dos quais Multas	(27)	-	n.a.	(83)	-67,9%
Fluxo de Caixa Operacional Livre	(435)	(210)	107,3%	2.716	n.a.

* A reclassificação se refere ao ganho não recorrente da contabilização do acordo de ajuste de preço de fechamento dos ativos móveis da Oi que é realocada do fluxo de caixa operacional para o fluxo de caixa de investimentos.

** Foram reconhecidos incentivos sobre o pagamento de arrendamentos em linha com as condições contratuais acordadas, reduzindo o valor desembolsado no período (+R\$ 33,9 milhões no 1T24).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (“FCOL”) ficou negativo em R\$ 435 milhões no 1T24, uma piora de R\$ 226 milhões frente ao 1T23. Esse resultado é consequência da composição de um crescimento do EBITDA Reportado (-) Capex, um menor pagamento de *leasing*, em contrapartida a uma variação negativa do Capital de Giro. Essa variação negativa é explicada, principalmente, por um aumento no saldo da linha de Fornecedores gerado por um maior volume de pagamentos em vista do efeito sazonal no período.

¹⁰ EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e desconsiderando o impacto das multas aplicadas no descomissionamento dos sites. Para maiores detalhes, acesse o Anexo 5 – EBITDA After Lease.

Comentário do Desempenho

É válido destacar que o pagamento integral da TFF, que compõe a taxa Fistel, continua suspenso desde 2020 até o momento. O montante total registrado até 31 de março 2024 foi de R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões de principal e R\$ 522 milhões de juros moratórios incidentes. O montante de principal acumulado devido em 2024 é de R\$ 2,7 bilhões, que serão reconhecidos ao longo do ano somado aos juros incidentes.

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSIONES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R\$ milhões						
KFW Finnvera	USD	SOFR + 1,17826%	12/24 a 12/25	57	26	84
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	503	-	503
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1682% a.a.	06/28	17	1.896	1.913
BNDES Finame	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	21	374	394
BNDES Finem	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	08/25	113	47	160
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	50	145	194
Dívida Financeira Total				761	2.487	3.248
Licença (5G)	BRL	Selic	12/40	61	917	978
Dívida Total Antes do Lease				821	3.404	4.225
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (12,36% a.a.)*	10/29	1.816	10.337	12.153
Dívida Total				2.637	13.741	16.379

*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	1T24	4T23	3T23	2T23
R\$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	761	1.267	2.278	2.171
Dívida de Longo Prazo	2.487	2.504	2.559	2.619
Dívida Financeira Total	3.248	3.771	4.837	4.790
Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.371)	(5.036)	(4.446)	(3.339)
Derivativos Líquidos-ex C6	(65)	(65)	74	70
Dívida Financeira Líquida	(188)	(1.331)	465	1.521
Licença (5G)	978	953	984	953
Dívida Líquida AL	790	(378)	1.449	2.475
Lease Total	12.153	12.020	12.366	12.865
Dívida Líquida Total	12.943	11.642	13.815	15.339
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	0,1x	-0,04x	0,2x	0,3x
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	1,0x	1,0x	1,2x	1,4x

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leasings financeiros.

Dívida LP Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 e 16
R\$ milhões		
2025	949	2.087
2026	798	1.926
2027	759	1.860
2028	116	1.160
Após 2028	781	6.707
Dívida Total	3.404	13.741

A Dívida Total (pós-hedge) somou R\$ 16.314 milhões ao final de março de 2024, o que representa uma redução de R\$ 2.660 milhões frente ao 1T23. Essa queda reflete: (i) liquidação de parte da dívida financeira de curto prazo; e (ii) redução do leasing total, beneficiado pelo descomissionamento de sites.

As posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários somaram R\$ 3.371 milhões ao final de março de 2024, o que significa uma redução de R\$ 510 milhões frente ao 1T23. A queda ano a ano pode ser explicada devido a uma combinação de geração de caixa operacional, com a expansão do EBITDA, em contrapartida aos seguintes desembolsos no período: (i) pagamento de dívidas financeiras (incluindo liquidação da dívida

Comentário do Desempenho

com o banco BNP Paribas em janeiro, no montante de R\$ 518 milhões e com o banco Scotia em dezembro, no montante de R\$ 979 milhões); (ii) pagamentos das parcelas relativas à aquisição de frequências do 5G (pagamento de duas parcelas do EACE, em abril e outubro de 2023, e da licença do 5G correspondente ao ano de 2023, em dezembro de 2023); e (iii) pagamentos das multas relacionados ao desligamento das torres.

DESEMPENHO OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	%T/T
Base Móvel de Clientes ('000)	61.420	61.721	-0,5%	61.248	0,1%
Pré-Pago	33.312	35.653	-6,6%	33.634	-1,0%
Pós-Pago	28.108	26.067	7,8%	27.614	1,8%
Pós-Pago Humano	22.995	21.563	6,6%	22.580	1,8%
Base de Usuários 4G ('000)	52.249	55.097	-5,2%	52.783	-1,0%
Base de Usuários 5G ('000)	6.167	1.936	218,5%	5.207	18,4%
Market share	23,8%	24,6%	-0,8p.p.	23,9%	-0,1p.p.
Pré-Pago	31,1%	32,1%	-1,0p.p.	31,3%	-0,2p.p.
Pós-Pago	18,6%	18,6%	-	18,6%	-
Pós-Pago Humano	21,3%	21,5%	-0,2p.p.	21,3%	-
Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)	806	732	10,1%	802	0,5%
FTTH	733	592	23,8%	719	2,0%
FTTC	73	140	-47,8%	84	-12,9%

SEGMENTO MÓVEL:

Ao final do primeiro trimestre de 2024, a **TIM somou 61,4 milhões de usuários móveis**, recuo de 0,5% A/A. A redução reflete um movimento combinado de crescimento da **base do Pós-pago, atingindo 28,1 milhões de acessos** (+7,8% A/A), com uma redução da **base do Pré-pago para 33,3 milhões de acessos** (-6,6% A/A). Já a base do Pós-pago Humano (excluindo M2M) atingiu 23,0 milhões de acessos (+6,6% A/A), com a base M2M ("Machine-to Machine") chegando a 5,1 milhões de acessos (+13,5% A/A). **Em relação as adições líquidas**, a TIM registrou 493 mil novas linhas no Pós-pago no 1T24, sendo **415 mil no Pós-pago Humano**.

Vale mencionar que, em março de 2023, visando adequar a distribuição dos clientes migrados da Oi, a TIM reclassificou 951 mil clientes previamente alocados como clientes Controle para o Pré-pago, gerando um aumento inorgânico na base de clientes Pré-pago. Em contrapartida, esse movimento gerou efeito oposto na linha do Pós-pago.

SEGMENTO FIXO:

A base de clientes da TIM UltraFibra somou **806 mil conexões no 1T24, crescendo 10,1% A/A**. Já a transição de clientes para a fibra também continua sua trajetória de evolução consistente: **no período, a base de FTTH expandiu 23,8% A/A**.

Comentário do Desempenho

PLATAFORMA DE CLIENTES

A Plataforma de Clientes, tem como objetivo monetizar a base de clientes da empresa e aumentar a fidelidade desses clientes, através da observação de tendências de mercado e parcerias inovadoras. Essa iniciativa é habilitada por dois modelos de negócio:

I. **Parcerias Comerciais** com:

- (i) **remuneração direta pela venda de publicidade e de inteligência de dados**, onde os principais produtos de venda de publicidade utilizados são o TIM Ads e o TIM Insights;
- (ii) **remuneração por produtos de dados**, através de *scores* financeiros e produtos padronizados de validação/autenticação para melhoria da segurança digital dos nossos usuários.

II. **Parcerias Estratégicas que buscam atingir os mesmos objetivos acima, de forma ampla e em tempo recorde.** Neste modelo, além do TIM Ads e TIM Insights, utilizamos a marca da TIM para fazer um *endorsement* da marca parceira. Estimulamos o consumidor a aderir a marca parceira com ofertas exclusivas. Neste caso a remuneração da TIM é atrelada ao sucesso dessa adesão e composta por uma taxa de aquisição de clientes e participação nas empresas parceiras.

Dentro dessa estratégia foram elencadas algumas verticais com grandes oportunidades de sinergia com os serviços de telefonia móvel e por ter um *valuation* de mercado superior aos das empresas de telecomunicações. Abaixo estão detalhes das verticais nas quais já estamos atuando:

PUBLICIDADE MÓVEL E MONETIZAÇÃO DE DADOS

No 1º trimestre de 2024, a receita de publicidade móvel e monetização de dados cresceu 4 vezes contra o mesmo período de 2023, alavancado por novos acordos de publicidade móvel e aceleração das operações de *scoring*, além do início das operações do Open Gateway. Além disso, para ampliar seu inventário, a TIM iniciou testes de campanhas publicitárias em plataformas externas ("*offsite*") no modelo de Retail Media. No âmbito do Open Gateway, o Mobile World Congress (MWC) reforçou a utilização das soluções de antifraude da TIM por clientes relevantes, como o Itaú. Adicionalmente, foram anunciadas integrações técnicas e comerciais com Infobip e Microsoft.

SERVIÇOS FINANCEIROS

Em 2020, a Companhia concluiu a negociação com o Banco C6 e lançou ofertas exclusivas para os clientes TIM que abrissem contas no banco e usassem seus serviços. Nesse contrato, a TIM recebe remuneração por contas ativas e a opção de obter a participação societária no Banco C6 à medida que são atingidas determinadas metas, sendo que a quantidade de ações recebida por cada meta atingida varia ao longo do contrato.

No dia 1º de fevereiro de 2021, a TIM comunicou que obteve, no âmbito desta parceria, o direito ao exercício de bônus de subscrição equivalente a participação indireta de aproximadamente 1,44% do capital social do Banco C6, em decorrência do atingimento, em dezembro de 2020, do 1º nível das metas acordadas. Posteriormente, a Companhia exerceu sua opção de adquirir e converter ações do C6, o que representa

Comentário do Desempenho

aproximadamente 1,44% do Banco. Importante destacar que uma vez exercida a opção, a TIM passou a deter uma posição minoritária e sem posição de controle ou de influência significativa na administração do C6.

Adicionalmente, a TIM detém opções de subscrição de ações, que representam a opção da Companhia de subscrever 4,44% das ações do Banco C6 em 31 de março de 2024. Considerando o que já foi exercido, mais as opções, a participação potencial da TIM no Banco C6 pode atingir aproximadamente 5,88%, ressaltando a disputa arbitral em curso. Mais detalhes podem ser encontrados nas Notas 12, 31 e 37 do ITR.

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

No pilar de Educação a parceria com a Descomplica já ultrapassa os 500 mil inscritos em diversos cursos como: preparatório para o ENEM, cursos livres, graduações e pós-graduação. Os cursos livres focados em tecnologia, como ChatGPT e Inteligência Artificial Para Não Técnicos, já somam +35 mil inscritos em 2024.

SERVIÇOS DE SAÚDE

Após a realização dos pilotos operacionais, em janeiro de 2024, expandiu-se a parceria para todo território nacional. Além disso, incluiu-se no portfólio o produto do Cartão de Todos já se tornando o mais contratado pelos clientes TIM. Hoje já existem mais de 155 mil clientes cadastrados na parceria, o que permite o acesso a telemedicina, consulta e exames com descontos e 436 clínicas particulares espalhadas por todo o Brasil.

Comentário do Desempenho

INFRAESTRUTURA

Abaixo os detalhes da evolução das nossas redes móveis e fixa:

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	%T/T
R\$ milhões					
Cidades 4G	5.570	5.397	3,2%	5.570	-
das quais 700 Mhz habilitadas	4.770	4.525	5,4%	4.646	2,7%
das quais VoLTE habilitadas	5.570	5.311	4,9%	5.470	1,8%
População Urbana Coberta (4G)	100%	99%	0,7p.p.	100%	-
das quais 700 Mhz habilitadas	97%	96%	1,5p.p.	96%	1,1p.p.
das quais VoLTE habilitadas	100%	99%	0,8p.p.	100%	-
Cidades 5G	266	45	491,1%	209	27,3%
Cidades 4.5G	2.115	1.947	8,6%	2.069	2,2%
Cidades 3G	4.157	4.139	0,4%	4.157	-
População Urbana Coberta (3G)	95%	94%	0,2p.p.	95%	-0,4p.p.
Biosites	1.858	1.831	1,5%	1.858	-
Sky Coverage (nº sites)	1.763	1.623	8,6%	1.763	-
Massive MIMO (nº sites)**	2.551	2.510	1,6%	2.540	0,4%
Homes passed*	12.295	8.715	41,1%	11.700	5,1%
FTTH	11.460	7.432	54,2%	10.788	6,2%
FTTC	3.074	3.031	1,4%	3.069	0,2%
Cidades Cobertas com Banda Larga	135	76	77,6%	131	3,1%
FTTH	135	76	77,6%	131	3,1%
FTTC	5	5	-	5	-
FTTCity (nº cidades)	1.579	1.410	12,0%	1.537	2,7%

Comentário do Desempenho

AMBIENTAL, SOCIAL e GOVERNANÇA

DESTAQUES DO 1T24

- O Comitê de ESG aprovou as metas ambientais, sociais e de governança que fazem parte do Plano ESG 2024-26. A Companhia reforça sua estratégia climática buscando se tornar uma empresa Carbono neutro até 2030 e Net Zero até 2040. Entre as metas sociais, a TIM assume o objetivo de ter pelo menos 25% de pessoas negras em seus quadros de liderança já em 2025 e levar a conectividade a 32 milhões de hectares ao final de 2026;
- A TIM foi apontada como uma das empresas de destaque em ESG, no setor de telecomunicações, pela Morningstar's Sustainalytics, recebendo o Selo “ESG Industry Top-Rated”. O reconhecimento reforça as boas práticas da TIM na gestão do tema;
- No Dia Internacional da Mulher, a TIM anunciou a evolução do projeto Caminho Delas, transformando todas as 158 lojas próprias no país em pontos de referência para mulheres em situações de perigo. Mais de 2 mil pessoas da equipe de vendas da Companhia foram treinadas para atender às mulheres que procurarem suporte nas lojas em casos de assédio, violência física e outras de situações de risco, oferecendo um smartphone para conexão e uma cartilha com informações e contatos de diversos canais públicos e entidades para denúncia;
- Líder no 5G e tendo como diferenciais a maior rede móvel do país com 100% de cobertura 4G, a TIM lançou em março a TIM IoT Solutions. O objetivo é reforçar sua expertise na transformação digital da Indústria Brasileira, com foco no Agronegócio, *Utilities*, Logística e Indústria 4.0. A Companhia já oferece ao mercado a maior rede de IoT do Brasil;
- Por meio da parceria com a Descomplica, a TIM ampliou para os seus clientes os benefícios exclusivos oferecidos, disponibilizando descontos em graduação e pós-graduação e cursos livres grátis, de temas como inteligência artificial e marketing para redes sociais. Desde o ano passado, os usuários de todos os planos da operadora já podiam se preparar para o ENEM gratuitamente ou com pacotes mais completos a partir de R\$ 22,90 mensais, em uma iniciativa que reforça o acesso à educação;
- A Bateria do Instituto TIM marcou presença no Carnaval carioca no tradicional Mini Bloco, que ocorre na Praça Xavier de Brito, na Tijuca, no Rio de Janeiro. Formada por mais de 50 crianças, jovens e adultos com e sem deficiência, o projeto promove a inclusão social por meio da música. Sob o comando do mestre Mangueirinha, o grupo animou os pequenos foliões;
- O TIM Tec, plataforma de cursos online e gratuitos do Instituto TIM, alcançou a marca de 240 mil inscritos. Destaque para São Paulo, líder em número de usuários cadastrados, com mais de 20 mil inscritos. Com 32 cursos disponíveis, a maioria na área de tecnologia, há também conteúdos direcionados a professores que visam fortalecer competências básicas, empreendedorismo e educação financeira. Além das videoaulas, são disponibilizados materiais complementares e certificado de conclusão dos cursos;
- O Instituto TIM, em parceria com a ONG One By One, iniciou mais uma turma do curso Educação Exponencial, projeto de educação tecnológica voltado a crianças, jovens e seus familiares. Ao longo da jornada de aprendizagem, os 60 alunos, com idades variadas, terão a oportunidade de desenvolver habilidades empreendedoras usando diversas ferramentas. Além de ampliar as áreas em que os participantes podem atuar, o curso aprimora diferentes competências e estimula o aperfeiçoamento contínuo;

Comentário do Desempenho

- No 1º trimestre, a TIM incorporou cinco novas usinas em sua operação como parte da evolução do Projeto Geração Distribuída (GD), totalizando 106 unidades. O projeto é responsável por promover o abastecimento da rede com a utilização de usinas de energia renovável arrendadas de parceiros, com predominância de plantas solares. A expectativa é que até o final de 2024, quase 60% da energia utilizada pela Companhia seja oriunda da GD, chegando ao total de 134 usinas, que atenderão 25 estados;
- A TIM encerrou o 1º TRI com 1.858 biosites ativos em sua rede. Essas estruturas, similares a um poste comum, são uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico, menor custo e rápida instalação;
- A TIM foi reconhecida com o Prêmio Ouvidorias Brasil 2023, concedido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente, a Abrarec, conquistando um lugar de destaque na lista das empresas vencedoras. A premiação, realizada em São Paulo, celebrou as companhias que dedicam esforços no atendimento ao cliente premiando projetos de sucesso. A TIM foi a única do seu segmento na lista e apresentou o case "Facilidade de acesso, inovação e eficiência geram resultados surpreendentes", que teve como foco a excelência na experiência do cliente.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: [Informe Trimestral ESG](#)

Comentário do Desempenho

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2024 ("1T24"), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXO

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TIM S.A. Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	1T24	1T23	%A/A	4T23	%T/T
Base Móvel de Clientes ('000)	61.420	61.721	-0,5%	61.248	0,1%
Pré-Pago	33.312	35.653	-6,6%	33.634	-1,0%
Pós-Pago	28.108	26.067	7,8%	27.614	1,8%
Pós-Pago (ex-M2M)	22.995	21.563	6,6%	22.580	1,8%
Base de Usuários 4G ('000)	52.249	55.097	-5,2%	52.783	-1,0%
Base de Usuários 5G ('000)	6.167	1.936	218,5%	5.207	18,4%
Market share	23,8%	24,6%	-0,8p.p.	23,9%	-0,1p.p.
Pré-Pago	31,1%	32,1%	-1,0p.p.	31,3%	-0,2p.p.
Pós-Pago	18,6%	18,6%	-	18,6%	-
Pós-Pago (ex-M2M)	21,3%	21,5%	-0,2p.p.	21,3%	-
Churn Mensal (%)	2,8%	3,5%	-0,7p.p.	3,0%	-0,2p.p.
ARPU Móvel Reportado (R\$)	30,3	27,7	9,7%	31,1	-2,4%
ARPU Móvel Normalizado (R\$)	30,3	27,9	8,8%	31,1	-2,4%
Pré-Pago	14,6	13,9	5,4%	15,6	-6,4%
Pós-Pago	42,1	40,5	4,1%	43,0	-2,1%
Pós-Pago (ex-M2M)	51,0	48,0	6,3%	52,2	-2,2%
Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)	806	732	10,1%	802	0,5%
FTTH	733	592	23,8%	719	2,0%
FTTC	73	140	-47,8%	84	-12,9%
Adições Líquidas TIM UltraFibra ('000)	4	16	-76,0%	12	-66,5%
ARPU TIM UltraFibra (R\$)	95,8	92,9	3,1%	94,8	1,1%
Aparelhos Vendidos ('000)	160	144	11,1%	190	-15,8%

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. (“TIM” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 66,59 % do capital social da TIM S.A. em 31 de março de 2024 (66,59% em 31 de dezembro de 2023).

O grupo TIM (“Grupo”) é composto pela TIM e por sua coligada I-Systems.

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 31 de março de 2024, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2023) na companhia I-Systems (coligada) e detinha 100% em 31 de dezembro de 2022 na empresa Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A (“Cozani”) – controlada. Considerando que a incorporação, pela TIM, por meio do Ato n.º 3.535/2023, o qual transferiu as outorgas do SMP a ela associadas, e a sua consequente extinção, para todos os fins e efeitos, na data de 1º de abril de 2023, consequentemente, a TIM S.A, não possui participação societária na Cozani em 31 de março de 2024.

1.2. Reorganização Societária

1.2.1. Combinação de negócios Cozani

Em 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com as empresas outras empresas Compradoras (Claro S.A. e Telefônica Brasil S.A.), após o cumprimento dos condicionamentos prévios estabelecidos pelo CADE e pela ANATEL, concluiu a transação de aquisição da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Vendedora”, “Cedente” ou “Oi Móvel”). Em função disso, a TIM passou a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia.

O total de contraprestação registrada pela aquisição da Cozani era de R\$ 7.211,6 milhões.

A TIM também pagou, em 20 de abril de 2022, em nome da Cozani, o valor de R\$ 250,7 milhões a Vendedora, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição, registrado na rubrica de “Despesas antecipadas” e assinou um termo de contrato anual de utilização de capacidade de infraestrutura de transporte com a Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A., envolvendo o pagamento de valores decrescentes que, a valor presente, totalizam aproximadamente R\$ 476 milhões.

Notas Explicativas

Dos valores acordados de compra, tínhamos os seguintes saldos registrados como obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2022:

- (i) O montante de R\$ 634,3 milhões foi retido pela TIM, conforme previsto no contrato de compra, principalmente para atender a eventual necessidade de ajustes adicionais de preço a serem realizados, que poderiam ser identificados nos 120 dias posteriores à data de aquisição. Conforme fato relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, em consequência das divergências encontradas nas premissas de cálculo dos temas: (i) Capital de Giro e Dívida Líquida, (ii) Capex e (iii) Adições líquidas, o valor de R\$634,3 milhões, se manteve integralmente retido pela Companhia até que em 4 de outubro de 2022, foi proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras, cabendo à TIM o depósito em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A. do valor atualizado até aquela data de R\$ 670 milhões. O referido depósito permaneceu em conta vinculada ao Juízo até o acordo realizado entre as partes em outubro de 2023. Para mais detalhes vide nota 11;
- (ii) O montante de R\$ 77 milhões reconhecidos como contraprestação contingente, até que houvesse o acordo entre as partes.

No dia 4 de outubro de 2023, a TIM S.A., por meio de Fato Relevante, comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi R\$ 6,6 bilhões.

Tendo em vista o Preço Final Ajustado TIM, a Companhia resgatou parcela correspondente à metade do valor que havia sido depositado em juízo e posteriormente transferido à Câmara Arbitral (equivalente a aproximadamente R\$ 317 milhões na data do fechamento, atualizado pela variação de 100% do CDI até o depósito em juízo e acrescido, ainda, de juros e/ou correção monetária, incidentes até a data do respectivo resgate), e o valor remanescente foi resgatado pela Vendedora como parte do preço de compra da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia. Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro 2023, considerando o acordo firmado com a Oi S.A., a Companhia encontrava-se livre de quaisquer obrigações citadas nos itens (i) e (ii).

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Cozani na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se finalizado, conforme laudo de alocação de preço de compra “*Price purchase allocation- PPA*”. Na data do fechamento do “PPA”, em 31 de dezembro de 2022, a análise indica ativos e passivos apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	193.382
Contas a receber de clientes	362.379
Despesas antecipadas	165.111
Impostos a recuperar	13.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	705.388
Imobilizado	3.518.477
Intangível	3.599.811
	8.558.083
Passivos	
Fornecedores	(183.227)
Passivos de arrendamento	(2.929.449)
Impostos a recolher	(157.595)
Receitas diferidas	(95.135)
Outros passivos	(617.518)
	(3.982.924)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	4.575.159
Ágio na aquisição (Nota 16)	2.636.426
Total da contraprestação	7.211.585

Abaixo estão sumarizados, os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados a Cozani ("ativos líquidos") pela TIM na data de aquisição:

	Cozani
Participação acionária da adquirida	100%
Patrimônio líquido da Cozani a valor contábil em 30/04/2022	1.282.579
Patrimônio líquido da Cozani a valor justo em 30/04/2022	4.575.159
Mais valia de radiofrequências (i)	3.038.951
Mais valia de carteira de clientes (ii)	253.629

- (i) A mais valia de intangíveis refere-se ao ajuste na rubrica de autorizações refletindo o valor justos das outorgas adquiridas e a avaliação do espectro foi conduzida por meio da abordagem de mercado, com a aplicação de um múltiplo de transação. O prazo médio de vida útil é de 17,68 anos;
- (ii) A avaliação da carteira de clientes foi conduzida pela abordagem de rentabilidade, pelo método MPEEM ("Multi-period excess earning method") baseado em um cálculo de fluxos de caixa de benefícios econômicos futuros atribuíveis a base de clientes. O prazo médio de vida útil é de 7,67 anos.

O ágio na aquisição de R\$2.636.426 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias esperadas decorrentes da aquisição. O ágio reconhecido já vem sendo deduzido para fins fiscais desde a data de incorporação societária da empresa Cozani na TIM S.A., ocorrida em 01 de abril de 2023.

Notas Explicativas

Incorporação da Cozani

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 27 de fevereiro de 2023, a efetivação da Incorporação ainda dependeria da conclusão dos procedimentos operacionais relacionados à parametrização sistêmica e da obtenção da anuência prévia da ANATEL, o que ocorreu quando da publicação do Ato n.º 3.535/2023.

Em 31 de março de 2023, o Conselho de Administração (“CdA”) tomou conhecimento da obtenção da referida anuência e verificou o cumprimento das demais condições para conceder plena efetividade à Incorporação. Dessa forma, a CdA declarou que a referida Incorporação e a consequente extinção da Cozani se tornaram eficazes, para todos os fins e efeitos, na data de 1º de abril de 2023. A Incorporação aprovada não resultou em aumento de capital, nem na emissão de novas ações da Companhia ou em alteração nas participações dos acionistas da Companhia, não havendo, portanto, que se abordar temas referentes a substituição de ações ou direito de recesso.

O objetivo desta incorporação foi a simplificação da estrutura societária da TIM S.A, eliminação da sobreposição das autorizações para exploração do serviço SMP, a padronização dos serviços prestados pelas Companhias e, propiciará a concentração das atividades concernentes à prestação de serviços de telecomunicação móvel pessoal em uma única companhia, além de resultar na otimização de custos operacionais e na alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados.

As variações do patrimônio da Cozani entre a data do laudo (31 de dezembro de 2022) e do ato societário de incorporação (1 de abril de 2023), foram incorporadas ao balanço patrimonial da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da Cozani foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Notas Explicativas

O acervo líquido contábil em 31 de dezembro de 2022, está sumariado a seguir:

Ativo		Passivo	
Circulante	1.376.107	Circulante	1.900.283
Não Circulante	3.987.996	Não Circulante	2.422.684
Realizável a longo prazo	846.823		
Imobilizado	2.885.893		
Intangível	255.280		
		Acervo líquido	1.041.136
Total do Ativo	5.364.103	Total Passivo	5.364.103

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$519.423. O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$2.438.530, ocasionado pela aquisição da Cozani, pagamento das obrigações relacionadas à licença 5G e distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 1.310.000. No primeiro trimestre de 2024, houve uma redução do fluxo de caixa de aproximadamente R\$ 1,1 bilhões. A Companhia entende que existe um movimento sazonal de redução do fluxo de caixa operacional no início do ano por pagamento de obrigações e taxas regulatórias. Em 31 de março de 2024, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$25.025.216.

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração da Companhia efetuou análises onde confirma que o fluxo de caixa operacional no primeiro trimestre é positivo em R\$ 1,6 bilhões e, portanto, não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas na TIM. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

Notas Explicativas

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

É utilizado o método de aquisição (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 6 de maio de 2024.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2024, que podem de alguma forma afetar a Companhia.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

Notas Explicativas

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

A Companhia avaliou que as alterações na norma não tiveram impacto relevante nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo. A Companhia realizou análise das demonstrações, ajustando as notas de base de preparação e apresentação, estimativas e julgamentos críticos e notas explicativas quando necessário. Porém, não houve impacto na mensuração e reconhecimento de itens nas informações trimestrais do Grupo.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação

As alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois;
- e

Notas Explicativas

- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2024.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

O Grupo não espera que tenha um impacto significativo nas informações trimestrais.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Notas Explicativas

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Grupo não identificou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

h. Reapresentação das demonstrações dos fluxos de caixa

Como parte do nosso processo contínuo para melhorar a qualidade geral das informações trimestrais da Companhia e para promover maior comparabilidade e consistência com outras empresas do setor, alteramos nossa política contábil relacionada à apresentação de compras e vendas de títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa. Anteriormente, a Companhia reportava essas transações como uma atividade de investimento em base líquida (R\$ 1.865 milhões 31 de março de 2023), de acordo com o IAS 7 parágrafo 22(b) e 23A(b). Em conexão com a nova política contábil, a Companhia relatou essas transações como uma atividade de investimento em uma base bruta, de acordo com o parágrafo 21 da IAS 7/CPC 03. A Companhia também alterou a apresentação da receita de juros de títulos e valores mobiliários, que eram anteriormente apresentados como uma atividade de investimento (R\$ 16 milhões em 31 de março de 2023) para uma atividade operacional, de acordo com o IAS 7/CPC 03 parágrafo 33. A Companhia aplicou a mudança na política contábil retrospectivamente, de acordo com o IAS 8/CPC 23 parágrafo 19(b).

3. **Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Notas Explicativas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 8.c).

(b) *Provisão para processos judiciais e administrativos tributários*

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(c) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(d) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 28).

(e) *Arrendamentos*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

Notas Explicativas

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Caixa e bancos	31.950	37.029
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB/Compromissadas	1.952.732	3.040.902
	<u>1.984.682</u>	<u>3.077.931</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações na controladora, em 2024, referente aos CDB’s é de 101,42% a.a. (101,88% em 31 de dezembro de 2023), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora	
	03/2024	12/2023
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	12.965	12.949
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱ⁾	183	1.840
FIC: ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Títulos Públicos ^(a)	905.147	1.203.968
CDB ^(b)	12.922	47.464
Letra Financeira ^(c)	225.900	303.131
Outros ^(d)	242.011	402.087
	1.399.128	1.971.439
Parcela circulante	(1.386.163)	(1.958.490)
Parcela não circulante	12.965	12.949

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2024 foi de 0,04% a.a. (0,05% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2024 foi de 99,55%a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,37% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(iii) A Companhia investe em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média em 2024 dos FIC's foi de 109,07% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,18% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(a) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (“unbilled”). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (“impairment”).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Contas a receber de clientes	4.231.917	3.908.773
Contas a receber bruta	4.877.460	4.538.512
Serviços faturados	2.447.974	2.237.551
Serviços a faturar ("unbilled")	1.043.191	1.036.339
Uso de rede	734.067	750.054
Venda de mercadorias	632.237	494.279
Ativo contratual (nota 23)	19.662	19.957
Outras contas a receber	329	332
Perdas por crédito de liquidação esperada	(645.543)	(629.739)
Parcela circulante	(4.042.319)	(3.709.766)
Parcela não circulante	189.598	199.007

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Controladora	
	03/2024	12/2023
	(3 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	629.739	562.090
Saldo de companhia incorporada (nota 1.2)	-	23.737
Constituição de provisão	165.697	620.667
Baixas de Provisão	(149.893)	(576.755)
Saldo Final	<u>645.543</u>	<u>629.739</u>

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Total	4.877.460	4.538.512
A vencer	3.604.668	3.291.399
Vencidos até 30 dias	376.773	302.042
Vencidos até 60 dias	152.150	118.333
Vencidos até 90 dias	87.522	107.759
Vencidos há mais de 90 dias	656.347	718.979

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Total Estoques	404.688	331.783
Estoques	419.250	346.207
Aparelhos celulares e tablets	269.029	203.596
Acessórios e cartões pré-pagos	123.833	113.363
TIM chips	26.388	29.248
Perdas para ajuste ao valor de realização	(14.562)	(14.424)

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	514.024	713.279
Imposto de renda	313.629	429.461
Contribuição social	200.395	283.818
Parcela circulante	(305.726)	(494.382)
Parcela não circulante	208.298	218.897

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Naquele momento, a TIM registrou a sua melhor estimativa, no valor de R\$ 535 milhões (principal). Ao longo dos anos, houve o reconhecimento da correção monetária dos valores de R\$ 11 milhões em 2021, R\$61 milhões em 2022, R\$41 milhões em 2023 e R\$5 milhões em 2024.

No terceiro trimestre de 2023, a ação judicial da TIM transitou em julgado e no mês de setembro a Companhia obteve a habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil. Neste momento realizou a segregação dos créditos tributários reconhecidos no ativo, pois o crédito tributário é composto por valores de IRPJ e CSLL recolhidos a maior e passíveis de compensação com os demais débitos de natureza federal e de ativo fiscal diferido lastreado nos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL compensados ao longo dos anos considerando um lucro tributável majorado pela atualização SELIC sobre indébitos. Ao reduzir o lucro tributável, foi possível recompor parcialmente os valores de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL compensados, pois a legislação prevê a compensação de até 30% do lucro tributável do período.

Com isso, a Companhia realizou a reclassificação entre contas do ativo (Imposto de renda e contribuição social a recuperar e Imposto de renda e contribuição social diferidos) no montante de R\$156 milhões, reconhecendo os tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$114 milhões e R\$42 milhões, respectivamente. Permanecendo nas contas de IRPJ e CSLL a recuperar o montante de R\$ 470 milhões que foi reclassificado do não circulante para o circulante. Foi realizada uma baixa de R\$ 13 milhões no terceiro trimestre de 2023 para ajustar o valor contabilizado no terceiro trimestre de 2021. Ao longo do terceiro trimestre de 2023 a Companhia iniciou a utilização desses créditos tributários para compensar débitos correntes de PIS e COFINS e outros tributos federais. A Companhia utilizou o montante de R\$ 151 milhões em 2023 e R\$ 126 milhões em 2024.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2024, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recolher	48.605	64.407
Imposto de renda	8.054	-
Contribuição social	40.551	64.407
Parcela circulante	(48.605)	(64.407)

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	135.437	201.227
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	540.058	499.603
Provisão para perdas de crédito esperadas	248.010	242.160
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	37.508	37.159
Provisão para participação dos empregados	78.764	57.890
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.014.887	948.808
Ágio amortizado – TIM Fiber	(34.560)	(34.560)
Instrumentos financeiros derivativos	(236.057)	(236.259)
Juros capitalizados 4G e 5G	(272.946)	(281.721)
Custo atribuído – TIM S.A.	(21.170)	(23.356)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	711.438	675.817
Depreciação acelerada (iii)	(925.320)	(891.051)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	351.997	378.601
Ágio amortizado – Cozani	(270.982)	(231.894)
Amortização da mais valia de ativos intangíveis Cozani	59.156	60.336
Outros ativos	146.746	148.010
Outros passivos	(43.949)	(43.799)
	1.269.540	1.257.494
Parcela imposto ativo diferido	3.280.055	3.205.814
Parcela imposto passivo diferido	(2.010.515)	(1.948.320)

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(ii) Representa a adição de novos contratos. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil e fiscal, nos termos da legislação vigente.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 925 milhões até 31 de março de 2024 (R\$ 891 milhões até 31 de dezembro de 2023) e foi aplicado a partir de 1º de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(v) Representa o diferido constituído referente, sobre o *impairment* de ativos tangíveis adquiridos na aquisição da Cozani em abril/2022.

Notas Explicativas

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de março de 2024.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos (parcela ativa)	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças temporárias	Total
2024	135.437	705.199	840.636
2025	-	199.419	199.419
2026	-	161.745	161.745
2027 em diante	-	2.078.255	2.078.255
Total	135.437	3.144.618	3.280.055

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 65.790 até março de 2024 (R\$59.022 em 31 de março de 2023).

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		
	03/2024	03/2023	03/2023
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda do período	(109.663)	(121.863)	(122.121)
Contribuição social do período	(40.635)	(59.090)	(59.185)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	69.740	46.483	46.483
	(80.558)	(134.470)	(134.823)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Imposto de renda diferido	8.857	40.849	(16.815)
Contribuição social diferida	3.189	28.698	7.939
	12.046	69.547	(8.876)
	(68.512)	(64.923)	(143.699)

Notas Explicativas

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		
	03/2024	03/2023	03/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	587.935	477.359	556.135
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(199.898)	(162.302)	(189.086)
(Adições) / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(7.650)	45.830	11.964
Adições, exclusões permanentes:			
Receitas não tributáveis	2.649	7.225	7.225
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(4.565)	(5.566)	(5.566)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	69.740	46.483	49.489
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	68.000	-	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	154
Outros valores	3.212	3.407	(17.879)
	131.386	97.379	45.387
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(68.512)	(64.923)	(143.699)
Alíquota efetiva	11,65%	13,60%	25,84%

- (i) Conforme mencionado na nota 26 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.839.396	1.818.306
ICMS (i)	1.396.894	1.372.681
PIS / COFINS (ii)	151.536	164.508
IRRF sobre aplicações financeiras	85.877	81.445
Outros	205.089	199.672
Parcela circulante	(934.521)	(943.767)
Parcela não circulante	904.875	874.539

- (i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

Notas Explicativas

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

10. Despesas antecipadas

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Despesas Antecipadas	802.419	377.405
Fistel (i)	261.653	-
Propagandas não veiculadas (ii)	102.460	13.047
Aluguéis e seguros	68.876	69.759
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	190.167	190.663
Serviços de TI (iv)	16.112	16.053
Outros (v)	163.151	87.883
Parcela circulante	(611.592)	(238.468)
Parcela não circulante	190.827	138.937

(i) A taxa Fistel é apropriada mensalmente ao resultado.

(ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iv) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede e migração das informações para nuvem “cloud”.

(v) Representado, principalmente, pelos custos de instalação de rede neutra diferidos pelo de tempo de contrato no montante de R\$ 140.201 (R\$ 75.464 em 31 de dezembro de 2023).

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Depósitos judiciais	685.717	689.739
Cível	285.824	286.430
Trabalhista	69.893	68.202
Tributário	225.699	220.842
Regulatório	115	115
Penhora Online (i)	104.186	114.150

Notas Explicativas

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R\$ 84.618 (R\$ 83.438 em 31 de dezembro de 2023).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$225.699 em 31 de março de 2024, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 39.121 (R\$38.650 em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 5.746 (R\$ 5.668 em 31 de dezembro de 2023).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 24.416 (R\$ 24.048 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 12.308 (R\$ 12.177 em 31 de dezembro de 2023).
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 12.387 (R\$ 12.191 em 31 de dezembro de 2023).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.807 (R\$ 3.775 em 31 de dezembro de 2023).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.001 (R\$ 3.960 em 31 de dezembro de 2023).
- (h) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 68.744 (R\$ 67.911 em 31 de dezembro de 2023).
- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 27.118 (R\$ 26.213 em 31 de dezembro de 2023).
- (j) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 17.701 (R\$ 15.759 em 31 de dezembro de 2023).

12. Outros ativos financeiros

O reconhecimento inicial de um instrumento de capital próprio no balanço é realizado pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos e passivos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro.

Em 23 de março de 2020, a TIM S.A. e o BANCO C6 S.A., concluíram as negociações relativas a uma parceria estratégica com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais para as bases de clientes dos Parceiros.

Notas Explicativas

Em julho de 2020, foi lançada a primeira oferta em parceria com o Banco C6, com condições especiais para clientes TIM que sejam também clientes C6. A parceria de caráter inovador oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de usuários e maior fidelização de seus clientes.

No dia 1º de fevereiro de 2021, A TIM comunicou que obteve, no âmbito desta parceria, o direito ao exercício de bônus de subscrição equivalente a participação indireta de aproximadamente 1,44% do capital social do Banco C6, em decorrência do atingimento em dezembro de 2020, do 1º nível das metas acordadas. Posteriormente, a Companhia exerceu sua opção de adquirir e converter ações do C6, o que representa aproximadamente 1,44% do Banco e totaliza R\$162.958. Importante destacar que uma vez exercida a opção, a TIM passou a exercer uma posição minoritária e sem posição de controle ou de influência significativa na administração do C6.

A Companhia possui investido aproximadamente R\$ 51 milhões (54 milhões em 2023) no Fundo de investimentos focado em soluções 5G “Upload Ventures Growth”. Em 31 de março de 2024 a Companhia não possui controle na administração do fundo e tem influência significativa.

Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo e a Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 37 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

13. Outros ativos

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Outros ativos	297.757	284.902
Adiantamento a empregados	37.978	7.033
Adiantamentos a fornecedores	65.009	66.018
Valores a receber TIM Brasil (nota 35)	22.918	22.803
Valores a receber projetos incentivados	34.882	43.138
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	87.903	83.981
Outros (i)	49.067	61.929
Parcela circulante	(260.411)	(239.318)
Parcela não circulante	37.346	45.584

(i) Parte substancial relacionada a: (a) outros adiantamentos no montante R\$ 17.407 (R\$ 16.960 em 31 de dezembro 2023); (b) valores de reembolso de benefícios a empregados, no montante de R\$ 14.649 (R\$ 14.344 em 31 de dezembro 2023).

14. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Cozani

Notas Explicativas

Conforme mencionado na nota 1.2, em 20 de abril de 2022, a TIM S.A., (em conjunto com as outras Compradoras Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.), após cumprir as condições precedentes estabelecidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da ANATEL, concluiu o processo de aquisição dos ativos móveis da Oi Móvel S/A – Em Recuperação Judicial.

Com a conclusão da Operação, a TIM S.A. passou a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de bens, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia. Em 1º de abril de 2023, a TIM S.A. incorporou a Cozani, portanto, para todos os efeitos, esta foi extinta e, para todos os fins e efeitos, consequentemente, a TIM S.A. não possui participação societária na Cozani em 31 de março de 2024 ou 31 de dezembro de 2023.

I-Systems

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems, a TIM S.A., alienou 51% de sua participação societária em favor da IHS, como resultado desta transação, houve perda de controle e a TIM S.A. deixa de consolidar a Companhia, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A TIM S.A. detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2023) de participação no capital social da I-Systems. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

	03/2024	12/2023
Ativo	2.011.872	2.053.886
Ativo circulante e não circulante	271.177	320.824
Ativo tangível e intangível	1.740.695	1.733.062
Passivo e Patrimônio Líquido	2.011.872	2.053.886
Passivo circulante e não circulante	628.828	669.921
Patrimônio líquido	1.383.044	1.383.965
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Ajuste a valor justo	733.757	733.757
Custo do investimento	694.554	717.055.
Valor justo do investimento (nota 14.b)	1.428.311	1.450.812

	03/2024	12/2023
Prejuízo líquido do período	(45.919)	(182.254)
Participação proporcional do Companhia	49%	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(22.501)	(89.304)

Notas Explicativas

a) Participação em empresas controlada e coligada

	Coligadas		Controlada	Total	
	03/2024 I-Systems	12/2023 I-Systems	Cozani até 31/03/23	03/2024	12/2023
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995	-	-	-
Participação no capital total	49%	49%	-	-	-
Patrimônio líquido	1.383.044	1.383.965	-	-	-
Prejuízo do período/exercício (i)	(45.919)	(182.255)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(22.501)	(89.304)	153.387	(22.501)	64.083
Amortização da mais valia	-	-	(53.781)	-	(53.781)
Valor do investimento	1.428.311	1.450.812	-	1.428.311	1.450.812

(i) Os resultados da Cozani apresentam a movimentação a partir da data de aquisição. A data de aquisição e transferência de controle foi 20 de abril de 2022 e os resultados da controlada Cozani foram consolidados a partir de 30 de abril de 2022, por ser a informação financeira disponível mais próxima a data de transferência do controle. A Administração concluiu que os impactos dos resultados gerados entre a data de aquisição e início da consolidação são imateriais. Em 1º de abril de 2023 a Cozani foi incorporada pela TIM S.A, portanto não havendo mais empresa controlada pela TIM S.A.

O patrimônio líquido da Cozani em 30 de abril de 2022, foi ajustado para adequação às práticas contábeis da Companhia refletindo uma redução de aproximadamente R\$1.641 milhões referente, principalmente, ao *impairment* de ativos tangíveis, registro de contrato oneroso de capacidade e impostos diferidos.

b) Mutação do investimento em empresa coligada:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2023	1.450.812
Resultado de equivalência patrimonial	(22.501)
Saldo do investimento em 31 de março de 2024	1.428.311

Notas Explicativas

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Os valores de imobilizado registrados na aquisição da Cozani foram ajustados em 31 de dezembro de 2022 aos seus valores recuperáveis e após a incorporação encontram-se registrados na TIM S.A. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresenta nenhum outro indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	Saldo em dez/23	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em mar/24
<u>Total do Custo do Imobilizado Bruto</u>	70.343.331	1.761.159	(221.756)	-	71.882.734
Equipamentos de comutação / transmissão	38.274.244	(4.031)	(9.376)	1.065.251	39.326.088
Cabos de fibra ótica	786.762	-	-	3.159	789.921
Aparelhos em comodato	4.082.742	122	(750)	45.171	4.127.285
Infraestrutura	7.737.385	-	(4.420)	44.475	7.777.440
Bens de informática	1.803.782	-	(350)	989	1.804.421
Bens de uso geral	1.004.301	-	(256)	10.310	1.014.355
Direito de uso em arrendamentos (i)	15.973.178	716.687	(206.554)	-	16.483.311
Terrenos	38.588	-	-	-	38.588
Obras em andamento	642.349	1.048.381	(50)	(1.169.355)	521.325
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(47.931.516)	(1.275.875)	14.106	-	(49.193.285)
Equipamentos de comutação / transmissão	(28.413.977)	(632.439)	9.095	-	(29.037.321)
Cabos de fibra ótica	(644.978)	(15.089)	-	-	(660.067)
Aparelhos em comodato	(3.761.002)	(49.148)	269	-	(3.809.881)
Infraestrutura	(5.325.647)	(85.847)	4.213	-	(5.407.281)
Bens de informática	(1.715.818)	(9.925)	349	-	(1.725.394)
Bens de uso geral	(755.528)	(12.366)	180	-	(767.714)
Direito de uso em arrendamentos	(7.314.566)	(471.061)	-	-	(7.785.627)
<u>Total Imobilizado Líquido</u>	22.411.815	485.284	(207.650)	-	22.689.448
Equipamentos de comutação / transmissão	9.860.267	(636.470)	(281)	1.065.251	10.288.767
Cabos de fibra ótica	141.784	(15.089)	-	3.159	129.854
Aparelhos em comodato	321.740	(49.026)	(481)	45.171	317.404
Infraestrutura	2.411.738	(85.847)	(207)	44.475	2.370.159
Bens de informática	87.964	(9.925)	(1)	989	79.027
Bens de uso geral	248.773	(12.366)	(76)	10.310	246.641
Direito de uso em arrendamentos	8.658.612	245.626	(206.554)	-	8.697.684
Terrenos	38.588	-	-	-	38.588
Obras em andamento	642.349	1.048.381	(50)	(1.169.355)	521.324

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em dez/22	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em mar/23
Total do Custo do Imobilizado Bruto	54.530.017	1.581.817	(33.049)	-	56.078.785
Equipamentos de comutação / transmissão	28.749.731	(8.314)	(7.168)	994.719	29.728.968
Cabos de fibra ótica	783.396	-	-	612	784.008
Aparelhos em comodato	2.956.156	107	(1.446)	47.358	3.002.175
Infraestrutura	6.921.727	-	(1.291)	71.130	6.991.566
Bens de informática	1.780.652	-	(377)	13.239	1.793.514
Bens de uso geral	957.396	-	(125)	7.665	964.936
Direito de uso em arrendamentos	11.493.062	599.682	(22.446)	-	12.070.298
Terrenos	39.802	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.095	990.342	(196)	(1.134.723)	703.518
Total Depreciação Acumulada	(34.754.757)	(1.089.374)	10.474	-	(35.833.657)
Equipamentos de comutação / transmissão	(20.101.222)	(538.825)	7.930	-	(20.632.117)
Cabos de fibra ótica	(583.854)	(15.396)	-	-	(599.250)
Aparelhos em comodato	(2.677.840)	(40.334)	868	-	(2.717.306)
Infraestrutura	(4.404.860)	(91.918)	1.265	-	(4.495.513)
Bens de informática	(1.675.605)	(11.960)	377	-	(1.687.188)
Bens de uso geral	(698.448)	(12.468)	34	-	(710.882)
Direito de uso em arrendamentos	(4.612.928)	(378.473)	-	-	(4.991.401)
Total Imobilizado líquido	19.775.260	492.443	(22.575)	-	20.245.128
Equipamentos de comutação / transmissão	8.648.509	(547.139)	762	994.719	9.096.851
Cabos de fibra ótica	199.542	(15.396)	-	612	184.758
Aparelhos em comodato	278.316	(40.227)	(578)	47.358	284.869
Infraestrutura	2.516.867	(91.918)	(26)	71.130	2.496.053
Bens de informática	105.047	(11.960)	-	13.239	106.326
Bens de uso geral	258.948	(12.468)	(91)	7.665	254.054
Direito de uso em arrendamentos	6.880.134	221.209	(22.446)	-	7.078.897
Terrenos	39.802	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.095	990.342	(196)	(1.134.723)	703.518

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldo em dez/22	Adições/ depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em mar/23
<u>Total do Custo do Imobilizado Bruto</u>	65.529.479	2.059.178	(110.118)	-	67.478.539
Equipamentos de comutação / transmissão	35.061.237	(8.314)	(7.168)	994.719	36.040.474
Cabos de fibra ótica	783.396	-	-	612	784.008
Aparelhos em comodato	3.876.846	107	(1.446)	47.358	3.922.865
Infraestrutura	7.710.055	-	(1.291)	71.130	7.779.894
Bens de informática	1.780.690	-	(377)	13.239	1.793.552
Bens de uso geral	966.562	-	(125)	7.665	974.102
Direito de uso em arrendamentos	14.462.803	1.077.045	(99.515)	-	15.440.333
Terrenos	39.802	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.088	990.340	(196)	(1.134.723)	703.509
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(42.868.327)	(1.293.458)	10.474	-	(44.151.311)
Equipamentos de comutação / transmissão	(26.235.111)	(493.125)	7.930	-	(26.720.306)
Cabos de fibra ótica	(583.854)	(15.396)	-	-	(599.250)
Aparelhos em comodato	(3.598.459)	(40.387)	868	-	(3.637.978)
Infraestrutura	(4.992.013)	(91.918)	1.265	-	(5.082.666)
Bens de informática	(1.675.606)	(11.960)	377	-	(1.687.189)
Bens de uso geral	(706.014)	(12.608)	34	-	(718.588)
Direito de uso em arrendamentos	(5.077.270)	(628.064)	-	-	(5.705.334)
<u>Total Imobilizado líquido</u>	22.661.152	765.720	(99.644)	-	23.327.228
Equipamentos de comutação / transmissão	8.826.126	(501.439)	762	994.719	9.320.168
Cabos de fibra ótica	199.542	(15.396)	-	612	184.758
Aparelhos em comodato	278.387	(40.280)	(578)	47.358	284.887
Infraestrutura	2.718.042	(91.918)	(26)	71.130	2.697.228
Bens de informática	105.084	(11.960)	-	13.239	106.363
Bens de uso geral	260.548	(12.608)	(91)	7.665	255.514
Direito de uso em arrendamentos	9.385.533	448.981	(99.515)	-	9.734.999
Terrenos	39.802	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.088	990.340	(196)	(1.134.723)	703.509

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui os incentivos de arrendamentos recebidos, totalizando R\$ 34 milhões.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.677.149	833.391	2.351.707	796.365	8.658.612
Adições (i)	287.017	123.456	45.867	260.347	716.687
Remensuração	(93.980)	(1.782)	(110.792)	-	(206.554)
Depreciação	(197.326)	(36.151)	(112.158)	(125.426)	(471.061)
Saldos em 31 de março de 2024	4.672.860	918.914	2.174.624	931.286	8.697.684
Taxas de depreciação anual	12,20%	11,65%	12,45%	9,13%	

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.637.960	639.210	1.596.882	1.006.082	6.880.134
Adições	277.001	77.625	211.975	33.081	599.682
Remensuração	(5.117)	(16.421)	(908)	-	(22.446)
Depreciação	(150.435)	(34.626)	(71.174)	(122.238)	(378.473)
Saldos em 31 de março de 2023	3.759.409	665.788	1.736.775	916.925	7.078.897
Vida útil - %	11,70%	11,59%	11,58%	7,65%	

Direito de uso em arrendamento	Consolidado				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.346.449	639.210	2.393.792	1.006.082	9.385.533
Adições	293.592	77.625	672.747	33.081	1.077.045
Remensuração	(56.684)	(16.421)	(26.410)	-	(99.515)
Depreciação	(345.109)	(34.626)	(126.090)	(122.238)	(628.064)
Saldos em 31 de março de 2023	5.238.248	665.788	2.914.039	916.925	9.734.999
Vida útil - %	12,23%	11,59%	12,08%	7,65%	

- Taxas de depreciação**

Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 a 20

Notas Explicativas

Em 2023, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e tivemos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência entre 2021 e 2023. A partir do segundo trimestre de 2023 encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

(a) Movimentação do intangível

	Controladora				
	Saldo em dez/23	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em mar/24
<u>Total Custo do Intangível Bruto</u>	46.313.583	306.205	(159)	-	46.619.629
Direito de uso de softwares	23.167.846	-	-	253.283	23.421.129
Autorizações	18.794.239	16.960	-	3.223	18.814.422
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	207.589	-	-	-	207.589
Lista de clientes	253.629,00	-	-	-	253.629
Outros ativos	574.245	-	-	250	574.495
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	289.245	(159)	(256.756)	236.196
<u>Total Amortização Acumulada</u>	(30.688.542)	(478.878)	-	-	(31.167.420)
Direito de uso de softwares	(20.785.708)	(235.578)	-	-	(21.021.286)
Autorizações	(9.377.907)	(221.977)	-	-	(9.599.884)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(97.174)	(2.700)	-	-	(99.874)
Lista de clientes	(55.137)	(8.271)	-	-	(63.408)
Outros ativos	(372.616)	(10.352)	-	-	(382.968)
<u>Total Intangível Líquido</u>	15.625.041	(172.673)	(159)	-	15.452.209
Direito de uso de softwares (c)	2.382.138	(235.578)	-	253.283	2.399.843
Autorizações (f)	9.416.332	(205.017)	-	3.223	9.214.538
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	110.415	(2.700)	-	-	107.715
Lista de clientes	198.492,00	(8.271)	-	-	190.221
Outros ativos	201.629	(10.352)	-	250	191.527
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	289.245	(159)	(256.756)	236.196

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em dez/22	Adições/ Amortização	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em mar/23
Total Custo do Intangível Bruto	38.732.905	321.540	-	82.457	39.136.902
Direito de uso de softwares	20.876.377	-	232.253	-	21.108.630
Autorizações	11.250.610	6.756	25.933	-	11.283.299
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	201.778	-	-	-	201.778
Outros ativos	339.417	-	85	-	339.502
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.952.554	314.784	(258.271)	82.457	3.091.524
Total Amortização Acumulada	(25.730.124)	(415.127)	-	-	(26.145.251)
Direito de uso de softwares	(18.454.058)	(247.679)	-	-	(18.701.737)
Autorizações	(6.984.930)	(158.473)	-	-	(7.143.403)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(86.488)	(2.588)	-	-	(89.076)
Outros ativos	(204.648)	(6.387)	-	-	(211.035)
Total Intangível Líquido	13.002.781	(93.587)	-	82.457	12.991.651
Direito de uso de softwares (c)	2.422.319	(247.679)	232.253	-	2.406.893
Autorizações (f)	4.265.680	(151.717)	25.933	-	4.139.896
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	115.290	(2.588)	-	-	112.702
Outros ativos	134.769	(6.387)	85	-	128.467
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.952.554	314.784	(258.271)	82.457	3.091.524

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. De dezembro de 2021 até abril de 2023 inclui os valores de aquisição da Licença 5G, os quais foram transferidos para bens em serviço ("Autorizações") em abril/23, conforme nota 16.f.

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldo em dez/22	Adições/ Amortização	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em mar/23
Total Custo do Intangível Bruto	45.179.692	321.539	-	82.457	45.583.688
Direito de uso de softwares	21.979.251	-	232.253	-	22.211.504
Autorizações	15.839.784	6.756	25.933	-	15.872.473
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	201.778	-	-	-	201.778
Outros ativos	819.207	-	85	-	819.292
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.227.503	314.783	(258.271)	82.457	3.366.472
Total Amortização Acumulada	(28.763.144)	(484.449)	-	-	(29.247.593)
Direito de uso de softwares	(19.922.202)	(249.623)	-	-	(20.171.825)
Autorizações	(8.403.807)	(222.060)	-	-	(8.625.867)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(86.488)	(2.588)	-	-	(89.076)
Outros ativos	(350.647)	(10.178)	-	-	(360.825)
Total Intangível Líquido	16.416.548	(162.910)	-	82.457	16.336.095
Direito de uso de softwares (c)	2.057.049	(249.623)	232.253	-	2.039.679
Autorizações (f)	7.435.977	(215.304)	25.933	-	7.246.606
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	115.290	(2.588)	-	-	112.702
Outros ativos	468.560	(10.178)	85	-	458.467
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.227.503	314.783	(258.271)	82.457	3.366.472

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Cliente Cozani	13,04
Mais valia licença de autorizações Cozani	5,66

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Notas Explicativas

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Ágio na aquisição da Cozani

Conforme descrito na nota 1.2.1, em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio alocado de R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Na nota 2.e, a Companhia descreve a prática contábil adotada em combinações de negócios, em que inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. No caso do grupo TIM o ágio foi alocado a unidade geradora de caixa móvel, sendo esta a única identificada até o momento.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R\$108.171, sendo este o saldo registrado em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Notas Explicativas

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de impairment

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A., empresa operacional do Grupo TIM no Brasil e que incorporou em 2023 os saldos referentes à Cozani, adquirida em 2022. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A., porém como a incorporação da Cozani ocorreu em 1º de abril de 2023, tais resultados impactaram o consolidado TIM S.A. até 31 de março de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2023, a mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Em 31 de março de 2024, a Companhia efetuou a análise para todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento e não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Licença 5G

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G").

Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Notas Explicativas

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. No segundo trimestre de 2023, o ativo foi considerado disponível para uso pela Companhia, cessando tal capitalização. Assim, foi realizada a transferência de bens em andamento para linha de autorizações em serviço. A Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic até 2023, incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e não capitalizou a correção monetária dos valores devidos à EAF em 2023 devido a não haver mais saldo a desembolsar com esta entidade.

O efeito total no ativo intangível da Companhia em 31 de março de 2024 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R\$3.930 milhões (R\$3.930 milhões em 2023), sendo que não há mais saldos de bens em andamento referente às licenças 5G desde o ano de 2023.

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Notas Explicativas

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	Controladora	
	03/2024	12/2023
LT Amazonas	175.060	177.569
Subleasing “lojas revendas” – IFRS16	65.179	58.772
	240.239	236.341
Parcela circulante	(30.983)	(29.886)
Parcela não circulante	209.256	206.455

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	Até março de 2025	Abril de 2025 a março de 2030	Abril de 2030 em diante	Valores nominais	Valor presente
	57.518	207.222	105.955	370.694	240.239
LT Amazonas (i)	30.669	155.509	105.575	291.753	175.060
Subleasing “lojas revendas” – IFRS16	26.849	51.713	380	78.941	65.179

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”.

O valor de receita de *subleasing* da Companhia no período findo em 31 de março de 2024 é de R\$ 16.264 (R\$14.640 no mesmo período de 2023).

Notas Explicativas

Passivo

	Controladora	
	03/2024	12/2023
LT Amazonas (i)	324.231	327.820
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.660.871	1.679.221
Outros (iv)	141.542	147.051
Subtotal	2.126.644	2.154.092
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	5.555.729	5.476.509
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	1.058.214	958.981
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	2.643.524	2.793.441
Arrendamentos – Fibra	1.009.372	873.752
Sub-total arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)	10.266.839	10.102.683
Total	12.393.483	12.256.775
Parcela circulante	(1.846.861)	(1.808.740)
Parcela não circulante	10.546.622	10.448.035

O montante de juros pagos no período findo em 31 de março de 2024 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 293.789 (R\$ 273.055 no mesmo período de 2023).

Em 2024, foi pago o montante de R\$ 26 milhões, referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites adquiridos da Cozani (incorporada em 1º de abril de 2023).

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Controladora				
	Até março de 2025	Abril de 2025 a março de 2030	Janeiro de 2030 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	2.939.366	9.015.847	8.643.665	20.598.878	12.393.483
LT Amazonas (i)	70.414	295.376	200.695	566.485	324.231
Venda e retroarrendamento ("sale and leaseback") das Torres (ii)	299.830	1.434.740	1.527.640	3.262.210	1.660.871
Outros (iii)	39.514	131.679	8.650	179.843	141.542
Total Outros arrendamentos (iv)	2.529.608	7.154.052	6.906.680	16.590.340	10.266.839
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	1.236.248	4.061.610	4.038.780	9.336.638	5.555.729
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	242.754	722.761	798.004	1.763.519	1.058.214
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	559.281	1.686.663	2.069.896	4.315.840	2.643.524
Arrendamentos – Fibra	491.325	683.018	-	1.174.343	1.009.372

Notas Explicativas

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contratado (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um arrendamento similar e/ou empréstimo.

(iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

(iv) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 31 de março de 2024 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 13,65% (14,29% em 2023).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 7.383 em 31 de março de 2024 (R\$ 8.377 no mesmo período de 2023).

Notas Explicativas

18. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

Em 31 de março de 2024, esse crédito é de R\$ 68.892 (R\$ 80.963 em 31 de dezembro de 2023).

19. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Fornecedores	3.911.914	4.612.112
Moeda nacional	3.523.216	4.052.047
Fornecedores de materiais e serviços (i)	3.433.936	3.970.040
Interconexão (ii)	54.555	50.519
Roaming (iii)	401	64
Co-billing (iv)	34.324	31.424
Moeda estrangeira	388.698	560.065
Fornecedores de materiais e serviços (i)	199.471	220.061
Roaming (iii)	189.227	340.004
Parcela Circulante	3.911.914	4.612.112

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas

A Companhia, firmou contratos com bancos para auxiliar seus fornecedores que solicitassem operações de risco sacado. Nessas operações, os fornecedores transferem seus direitos creditórios contra a Companhia aos bancos, sem direito de regresso, no intuito de recebê-los antecipadamente, mediante aplicação de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter os bancos como credores dos títulos cedidos pelos fornecedores no valor e prazo originais dos direitos creditórios cedidos, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. Os títulos a pagar relacionados a essas operações permanecem classificados na rubrica de fornecedores. Em 31 de março de 2024, a Companhia possui aproximadamente R\$ 119 milhões (R\$ 316 milhões em 31 de dezembro de 2023) relacionados a operação de risco sacado.

20. Autorizações a pagar

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Renovação de autorizações (i)	274.576	257.616
Dívida ANATEL atualizada (ii)	192.916	190.771
Autorizações a pagar	1.105.078	1.076.776
	1.572.570	1.525.163
Parcela circulante	(414.768)	(407.747)
Parcela não circulante	1.157.802	1.117.416

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de março de 2024, os saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$ 274.576 (R\$257.616 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 193 milhões em 31 de março de 2024 (190 milhões em 31 de dezembro de 2023), o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 16.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Notas Explicativas

Para os valores relativos às radiofrequências (R\$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 3 primeiras parcelas nos montantes de R\$46, R\$52 e 58 milhões). Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R\$2.737 milhões no registro inicial, sendo R\$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão até 2024. Os aportes à EAF foram efetuados em sua totalidade em 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$ 1.133 milhões em maio). Em relação a EACE, foram feitos quatro aportes totalizando R\$533 milhões até 31 de março de 2024.

Em 31 de março de 2024, o saldo em aberto, considerando os valores relativos às radiofrequências e ao aporte a ser realizado na EACE, é de R\$ 1.105 milhões (R\$1.077 milhões em 31 de dezembro de 2023).

As autorizações a pagar em 31 de março de 2024 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Controladora
	03/2024
2025	301.583
2026	60.659
2027	60.659
2028	60.659
2029	60.659
2030	60.659
2031	55.254
2032 em diante	497.670
	1.157.802

Notas Explicativas

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de março de 2024, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração								
	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>	<u>2,3GHz (5G)</u>	<u>3,5GHz (5G)</u>	<u>26GHz (5G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (1800MHz)			Outubro, 2027 (V2)					
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Dezembro /2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Rio de Janeiro e Espírito Santo (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (900MHz)			Outubro, 2027 (V2)					
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	Dezembro /2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)		Dezembro, 2029	Sul - Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)					
Município de Paranaíba, no Mato Grosso do Sul, e municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão, no Estado de Goiás - (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)		Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)					
Mato Grosso do Sul (exceto município de Paranaíba) e Goiás (exceto municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão) - (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)					
São Paulo	Março, 2031	Interior - Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)

Notas Explicativas

São Paulo (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (1800MHz)			Outubro, 2027 (V2)					
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná e Santa Catarina (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)			Outubro, 2027 (V2)					
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Rio Grande do Sul (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900MHz)	Dezembro, 2032		Outubro, 2027 (V2)					
Pernambuco	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Dezembro, 2023	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (900 e 1800MHz)		Março, 2031	Outubro, 2027 (V2)					
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Minas Gerais (incorporado COZANI)*			Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)					

* Autorizações incorporadas da Cozani indicadas em apartado em função dos prazos distintos contidos na Autorização concedida a Cozani. Em função da incorporação, o prazo para uso das radiofrequências em cada localidade será o longínquo.

Notas Explicativas

21. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	
				<u>03/2024</u>	<u>12/2023</u>
KFW Finnvera ³ (ii)	USD	SOFR + 1,7826% a.a.	Jan/24 a Dez/25	83.810	124.411
Scotia (ii)	USD	1,4748% a.a.	Abr/24	502.895	485.498
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	-	515.068
Debêntures ¹ (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a.	Jun/28	1.913.150	1.859.897
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	394.092	392.340
BNB ² (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	Fev/28	194.288	206.140
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	159.647	187.592
Total				3.247.882	3.770.946
Circulante				(760.682)	(1.267.237)
Não circulante				2.487.200	2.503.709

¹ É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

² As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

³ A dívida junto ao KFW Finnvera teve seu indexador aditado, migrando de Libor para SOFR, sendo o 1º fixing válido a partir de janeiro/2024.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possui cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de março de 2024 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2025	151.169
2026	737.620
2027	737.620
2028	698.775
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.920
	<u>2.487.200</u>

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	<u>Valor nominal</u>
2024	710.200
2025	201.651
2026	737.620
2027	737.620
2028	698.775
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.920
	<u>3.247.882</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de março de 2024 está detalhado na tabela abaixo:

	<u>03/2024</u>	<u>12/2023</u>
The Bank of Nova Scotia	501.011	478.098
Debêntures	1.850.858	1.821.869
BNDES	377.982	381.027
BNB	182.174	193.878

Notas Explicativas

22. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.125.691	3.058.718
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	235.650	249.485
Impostos e Taxas ANATEL (i)	2.750.677	2.563.784
Imposto sobre Serviço - ISS	69.849	67.765
PIS / COFINS	48.329	49.312
Outros (ii)	21.186	128.372
Parcela circulante	(3.115.840)	(3.048.115)
Parcela não circulante	9.851	10.603

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Nos anos de 2021 a 2024, houve pagamento parcial referentes a CRFP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 31 de março de 2024 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$2.749 milhões, sendo R\$2.228 milhões de principal e R\$521 milhões de juros moratórios (em 31 de dezembro de 2023, o total era de R\$2.554 milhões, sendo R\$2.087 milhões de principal e R\$467 milhões de juros moratórios).

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Receitas diferidas	882.479	901.002
Serviços a prestar pré-pago (i)	173.174	187.540
Receitas antecipadas	38.033	39.138
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	613.112	626.636
Passivo contratual (iii)	58.160	47.688
Parcela circulante	(273.440)	(279.401)
Parcela não circulante	609.039	621.601

Notas Explicativas

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17).

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2024	12/2023
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.624.953	2.344.726
Ativo contratual	19.662	19.957
Passivo contratual	(58.160)	(47.688)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2024	(27.731)
Adições	(12.852)
Baixas	2.085
Saldo em 31 de março de 2024	(38.498)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2024	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(15.074)	(22.682)	(742)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

Notas Explicativas

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.529.254	1.410.299
Cível (a)	512.711	498.180
Trabalhistas (b)	215.249	212.929
Tributária (c)	767.875	666.209
Regulatória (d)	33.419	32.981

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	dez-23	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	mar-24
	1.410.299	89.609	(62.817)	92.163	1.529.254
Cível (a)	498.180	17.232	(22.416)	19.715	512.711
Trabalhistas (b)	212.929	14.000	(22.609)	10.929	215.249
Tributária (c)	666.209	58.229	(17.704)	61.141	767.875
Regulatória (d)	32.981	148	(88)	378	33.419

	dez-22	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	mar-23
	1.112.156	98.051	(46.467)	118.019	1.281.75
Cível (a)	392.975	58.657	(25.897)	87.422	513.157
Trabalhistas (b)	214.450	21.990	(19.541)	9.293	226.192
Tributária (c)	473.391	17.404	(1.029)	20.875	510.641
Regulatória (d)	31.340	-	-	429	31.769

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos

Notas Explicativas

fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 182.639 (R\$ 179.815 em 31 de dezembro de 2023), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa; e (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. O montante provisionado equivale a R\$ 264.347 (R\$258.578 em 31 de dezembro 2023).

A TIM é ré em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano Infinity. O valor principal da condenação objeto de provisão é de R\$ 50 milhões, sendo R\$ 155,9 milhões atualizados monetariamente em 31 de março de 2024. A TIM interpôs Recurso Extraordinário contra acórdão proferido no STJ alegando violação a dispositivos constitucionais, ao qual foi negado seguimento. Contra esta decisão, a TIM interpôs Agravo Interno, que aguarda julgamento.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 53.216 (R\$ 45.770 em 31 de dezembro de 2023).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 12.148 (R\$11.964 em 31 de dezembro de 2023).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 361 (R\$2.053 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs). Não existe valor provisionado correspondente a estas ações em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

b. Processos trabalhistas e previdenciários

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Em relação a demandas previdenciárias os valores referem-se à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário.

Do total de 1.923 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2024 (1.833 em 31 de dezembro de 2023) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios e previdenciários. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 215.249 atualizado monetariamente (R\$ 212.929 em 31 de dezembro de 2023).

c. Processos tributários

	03/2024	12/2023
Tributos Federais	307.000	274.781
Tributos Estaduais	377.219	307.898
Tributos Municipais	9.837	9.711
Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)	73.819	73.819
	<u>767.875</u>	<u>666.209</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão suporta sessenta processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 4.557 (R\$ 4.513 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

- (ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 45.497 (R\$ 44.917 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 17.465 (R\$ 17.239 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 68.956 (R\$ 68.084 em 31 de dezembro de 2023).
- (iv) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 61.733 (R\$ 60.828 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 20.414 (R\$ 20.173 em 31 de dezembro de 2023).

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e vinte e quatro processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 31.725 (R\$ 39.219 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 95.964 (R\$ 8.460 em 31 de dezembro de 2023);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 47.933 (R\$ 47.178 em 31 de dezembro de 2023);
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 32.694 (R\$ 26.280 em 31 de dezembro de 2023);
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 10.987 (R\$ 11.260 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 13.832 (R\$ 15.167 em 31 de dezembro de 2023).
- (vii) em 2023, reconhecido provisão sobre cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 47.425 (R\$ 35.176 em 31 de dezembro de 2023).
- (viii) em 2023, reconhecido provisão cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.032 (R\$ 34.820 em 31 de dezembro de 2023).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 73.819 (R\$73.819 em 31 de dezembro de 2023).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2024, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (“PADOs”), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 33.419 (R\$ 32.981 em 31 de dezembro de 2023).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	03/2024	12/2023
	21.548.906	21.351.995
Cível (e.1)	1.527.062	1.512.495
Trabalhista e previdenciária (e.2)	385.636	400.827
Tributária (e.3)	19.422.420	19.236.990
Regulatória (e.4)	213.788	201.683

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

Notas Explicativas

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	03/2024	12/ 2023
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	161.076	140.934
ANATEL (e.1.2)	355.652	350.187
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	482.420	480.094
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	257.545	260.431
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	103.742	119.669
Outros (e.1.6)	166.627	161.180
	<u>1.527.062</u>	<u>1.512.495</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute, dentre outras matérias: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs).

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

Notas Explicativas

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, nas competências dos anos de 2005 a 2011, bem como demandas que discutem responsabilidade solidaria, no valor total atualizado de R\$ 104.077 (R\$ 113.315 em 31 de dezembro de 2023).

e.2.2. Trabalhistas

Há 2.173 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2024 (3.102 em 31 de dezembro de 2023) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 281.559 (R\$ 287.512 em 31 de dezembro de 2023). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A) como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

e.3. Tributárias

	03/2024	12/2023
	19.422.420	19.236.990
Tributos Federais (e.3.1)	3.099.482	3.139.640
Tributos Estaduais (e.3.2)	10.618.068	10.438.812
Tributos Municipais (e.3.3)	1.752.580	1.712.988
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.952.290	3.945.550

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base na taxa SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 13.168.765 (R\$13.095.822 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.099.482 em 31 de março de 2024 (R\$ 3.139.640 em 31 de dezembro de 2023). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 1.742.754 (R\$ 1.711.566 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão.
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 214.688 (R\$ 255.912 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$78.624 (R\$ 77.697 em 31 de dezembro de 2023).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 323.793 (R\$ 318.365 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 320.504 (R\$ 316.675 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões em âmbito federal relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, outras compensações referentes à reapuração do pré-pago, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 31 de março de 2024 é de R\$ 10.618.068 (R\$ 10.438.812 em 31 de dezembro de 2023). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.358.464 (R\$ 1.338.672 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 463.569 (R\$ 435.326 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 792.163 (R\$ 782.497 em 31 de dezembro de 2023).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de março de 2024, o montante envolvido é de R\$ 4.208.380 (R\$ 4.304.655 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 105.124 (R\$ 134.165 em 31 de dezembro de 2023).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 1.016.130 (R\$996.002 em 31 de dezembro de 2023).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 961.397 (R\$ 726.364 em 31 de dezembro de 2023).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 151.047 (R\$ 148.465 em 31 de dezembro de 2023).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 331.728 (R\$ 339.088 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo "Outras OCCs", às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota - DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.752.580 em 31 de março de 2024 (R\$ 1.712.988 em 31 de dezembro de 2023). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

Notas Explicativas

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.461.393 (R\$1.431.623 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 94.577 (R\$ 93.172 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 149.875 (R\$ 143.150 em 31 de dezembro de 2023).

e.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 3.952.290 (R\$ 3.945.550 em 31 de dezembro de 2023). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2024, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 213.788 (R\$ 201.683 em 31 de dezembro de 2023).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

O Termo prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos Índices de Reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso, dentre outros. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura foi implementada em menos de três anos - sendo que mais de 99% dos municípios foram atendidos nos primeiros dois anos e estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais operadoras. O atendimento de todos os 350 municípios teve o cumprimento atestado pela Anatel em junho de 2023.

Notas Explicativas

Com o fechamento do 1º Ano do TAC, os seguintes compromissos receberam atesto por parte da Agência: Reparação, Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD (fase 1) e Notificações; Numeração; Interconexão; IR; IGQ; Óbice; Controles Internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; *Backhaul*; Licenciamento Backlog; Compromisso de Abrangência; Atendimento Presencial; Relacionamento Digital; e Compromissos Adicionais.

Em junho de 2022, a TIM concluiu o 2º ano do TAC, tendo executado as atividades planejadas para o estrito cumprimento visando o atingimento das metas associadas. Os seguintes compromissos receberam atesto pela Anatel: Numeração; Óbice; Controles internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; *Backhaul*; Atendimento Presencial; Relacionamento Digital; Adicionais; e Portal Colaborativo.

Em outubro de 2022, a TIM e Anatel assinaram o Termo Aditivo de repactuação do compromisso relativo aos Indicadores de Qualidade. Dessa forma, o Índice de Qualidade Percebida (IQP) passou a ser adotado em substituição ao Índice Geral de Qualidade (IGQ), para os Anos 3 e 4 do TAC.

A TIM concluiu o 3º Ano do TAC em junho de 2023, tendo executado as atividades planejadas para o estrito cumprimento visando o atingimento das metas associadas. No que se refere aos Compromissos Adicionais, conforme acima mencionado, a Anatel já emitiu atesto de cumprimento da obrigação relativa ao 3º Ano do TAC, garantindo o atesto geral de atendimento da obrigação de implantação de SMP com tecnologia 4G ou superior em 350 (trezentos e cinquenta) municípios nos termos pactuados no TAC. Em dezembro de 2023, adveio o atesto dos seguintes Compromissos: Numeração; Óbice; Plano de Reparação; Controles internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; *Backhaul*; Relacionamento Digital.

Em julho de 2023, a TIM iniciou o 4º e último ano do TAC. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração.

A Companhia vem cumprindo o cronograma de implementação do TAC e vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência indica indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Outros passivos e provisões

	Controladora	
	03/2024	12/2023
Outros passivos e provisões	305.384	365.841
Provisão para futura desmobilização de ativos	99.078	130.328
Adiantamento de clientes	15.846	25.215
Contrato oneroso de capacidade (i)	107.723	122.042
Outras provisões de risco	36.137	42.419
Outros	46.600	45.837
Parcela circulante	(114.173)	(121.273)
Parcela não circulante	191.211	244.568

Notas Explicativas

(i) Como parte da aquisição da Cozani, foi identificado um contrato de capacidade transferido na transação, onde existe uma obrigação *take or pay* por uma vigência definida. O montante registrado se refere a parte de capacidade que não será utilizada para a vigência contratual remanescente.

26. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2024, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	03/2024	12/2023
	390.507	384.311
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	36.903	30.707

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 27).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Notas Explicativas

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de março de 2024, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 2.362.239 (R\$2.362.239 em 31 de dezembro de 2023).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2023, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2023
Lucro líquido do exercício	2.837.422
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(237.828)
(-) Constituição da reserva legal	(129.979)
Lucro líquido ajustado	2.469.615
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	617.404
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio	1.600.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.600.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(233.230)
Total de dividendos e JCP líquidos	1.366.770

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2023, foram distribuídos os montantes de R\$1.600.000 de juros sobre capital próprio e propostos valores adicionais de R\$1.310.000 de dividendos, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de acionistas, em 28 de março de 2024, totalizando R\$ 2.910.000.

Os valores destinados até 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
19/04/2023	09/05/2023	230.000
12/06/2023	12/07/2023	290.000
18/09/2023	23/10/2023	425.000
06/12/2023	23/01/2024	655.000
06/02/2024(i)	Abr/2024 Jul/2024 e Out/2024	1.310.000
		2.910.000
19/03/2024	22/04/2024	200.000
		200.000

(i) Os dividendos foram aprovados em Assembleia Geral em 28 de março de 2024.

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante de R\$ 436.190 (R\$ 1.470.470 em 2023) aos acionistas controladores e R\$208.922 (R\$ 704.459 em 2023) aos acionistas não controladores.

Notas Explicativas

O saldo em 31 de março de 2024 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$1.579.670 (R\$647.872 em 31 de dezembro 2023) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$99.670 (R\$89.143 em 31 de dezembro 2023) além do montante de R\$ 1.310.000 de dividendos e R\$ 200.000 (R\$ 170.00 líquidos) que serão pagos até outubro de 2024.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

27. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Notas Explicativas

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período	Ações (principal) outorgadas durante o período	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.535.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.282)	1.521.322
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	771.302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.432)	760.870
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	821.942	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	821.942
Total	6.220.315			3.128.848	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.714)	3.104.134

Preço médio ponderado do saldo de outorgas

R\$ 12,85

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações. O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.

Em 31 de março de 2024, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 4.544 (R\$ 5.715 em 31 de março de 2023).

Encerramento de Programa de Recompra de Ações e Aprovação de um Novo Programa

Em 12 de junho de 2023, o Conselho de Administração, tomou conhecimento sobre o encerramento do Programa de Recompra de Ações aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 05 de maio de 2021 e aprovou um novo programa de recompra de ações de sua própria emissão. O novo programa terá início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 12 de dezembro de 2024, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis.

Notas Explicativas

28. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 31 de março de 2024 é de R\$31.186 (R\$ 31.581 em 31 de março de 2023).

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Notas Explicativas

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	Controladora		Consolidado
	03/2024	03/2023	03/2023
Receita Operacional Líquida	6.095.529	5.649.267	5.640.155
Receita operacional bruta	8.710.389	7.883.619	7.922.021
Receita de serviços	8.323.831	7.537.072	7.575.474
Receita de serviços - Móvel	7.838.541	7.071.083	7.109.485
Receita de serviços - Fixa	485.290	465.989	465.989
Venda de mercadorias	386.558	346.547	346.547
Deduções da receita bruta	(2.614.860)	(2.234.352)	(2.281.866)
Impostos incidentes	(958.904)	(874.223)	(921.132)
Descontos concedidos	(1.652.630)	(1.358.474)	(1.359.079)
Devoluções e outros	(3.326)	(1.655)	(1.655)

Notas Explicativas

29. Custos e despesas operacionais

Controladora								
	03/2024				03/2023			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(2.952.881)	(1.465.720)	(448.639)	(4.867.240)	(3.054.736)	(1.368.587)	(448.396)	(4.871.719)
Pessoal	(11.434)	(225.118)	(127.675)	(364.227)	(21.808)	(209.995)	(103.280)	(335.083)
Serviços de terceiros	(175.539)	(533.554)	(194.570)	(903.663)	(164.859)	(528.509)	(223.184)	(916.552)
Interconexão e meios de conexão	(791.707)	-	-	(791.707)	(1.124.228)	-	-	(1.124.228)
Depreciação e amortização	(1.558.989)	(94.918)	(100.850)	(1.754.757)	(1.379.049)	(76.419)	(101.995)	(1.557.463)
Impostos, taxas e contribuições	(35.427)	(234.476)	(9.956)	(279.859)	(8.551)	(206.326)	(9.015)	(223.892)
Aluguéis e seguros	(130.965)	(40.230)	(7.690)	(178.885)	(125.615)	(37.216)	(3.848)	(166.679)
Custo das mercadorias vendidas	(247.693)	-	-	(247.693)	(230.045)	-	-	(230.045)
Publicidade e propaganda	-	(160.288)	-	(160.288)	-	(146.499)	-	(146.499)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(165.697)	-	(165.697)	-	(140.774)	-	(140.774)
Outros	(1.127)	(11.439)	(7.898)	(20.464)	(581)	(22.849)	(7.074)	(30.504)

Consolidado				
	03/2023			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(2.811.692)	(1.479.967)	(449.982)	(4.741.641)
Pessoal	(21.808)	(209.995)	(103.280)	(335.083)
Serviços de terceiros	(171.023)	(597.861)	(224.739)	(993.623)
Interconexão e meios de conexão	(654.221)	-	-	(654.221)
Depreciação e amortização	(1.598.623)	(76.472)	(101.995)	(1.777.090)
Impostos, taxas e contribuições	(8.658)	(229.272)	(9.040)	(246.970)
Aluguéis e seguros	(126.304)	(37.220)	(3.854)	(167.378)
Custo das mercadorias vendidas	(230.045)	-	-	(230.045)
Publicidade e propaganda	-	(146.499)	-	(146.499)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(159.799)	-	(159.799)
Outros	(1.010)	(22.849)	(7.074)	(30.933)

Notas Explicativas

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 5.544 (R\$ 5.545 em 31 de março de 2023). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	03/2024	03/2023	03/2023
Receitas			
Receita de subvenção, líquida	-	860	860
Multas s/ serviços de telecomunicações	22.980	16.585	16.813
Receita na alienação de ativos	822	659	659
Outras receitas (ii)	18.012	17.203	17.196
	41.814	35.307	35.528
Despesas			
FUST/FUNTTEL (i)	(39.107)	(38.398)	(39.564)
Impostos, taxas e contribuições	(4.022)	(138)	(138)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(83.625)	(90.693)	(90.695)
Despesa na alienação de ativos	(862)	(423)	(423)
Outras despesas	(7.058)	(4.438)	(5.119)
	(134.674)	(134.090)	(135.939)
Outras receitas (despesas), líquidas	(92.860)	(98.783)	(100.411)

- (i) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.
- (ii) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 17), sendo R\$13.524 em 31 de março de 2024 (R\$13.524 em 31 de março de 2023).

31. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	03/2024	03/2023	03/2023
Receitas financeiras	221.180	354.436	375.185
Juros sobre aplicações financeiras	105.943	102.314	122.787
Juros de clientes	10.958	5.762	5.843
Juros swap (iii)	78.620	161.807	161.807
Juros sobre arrendamento	7.032	6.930	6.930
Atualização monetária (i)	18.227	57.654	57.655
Outros derivativos (ii)	-	19.587	19.587
Outras receitas	400	382	576

Notas Explicativas

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Refere-se, principalmente à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, a que a Companhia teve direito no período devido ao atingimento de metas. No primeiro trimestre de 2024, a Companhia não realizou o direito de subscrição referente a metas contratuais, não impactando, desta forma, o resultado financeiro (R\$ 19.587 em 31 de março de 2023, referente a 9ª meta contratual). O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados em nota 28.

(iii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

32. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	03/2024	03/2023	03/2023
Despesas financeiras	(754.056)	(687.791)	(595.716)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(77.293)	(25.022)	(25.022)
Juros sobre impostos e taxas	(59.946)	(49.828)	(53.178)
Juros swap	(101.802)	(152.311)	(152.311)
Juros sobre passivos de arrendamento	(348.934)	(272.426)	(170.852)
Atualização monetária (i)	(93.666)	(123.772)	(128.948)
Descontos concedidos	(9.081)	(11.987)	(11.987)
Outras despesas (ii)	(63.334)	(52.445)	(53.418)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R\$92.163, vide nota 24 (R\$118.019 em 31 de março de 2023); e

(ii) Parte substancial relacionada a: (a) juros sobre concessões, no montante de R\$ 27.698 (R\$ 19.774 em 31 de março de 2023); e (b) despesas financeiras relacionadas a seguro garantias, aval e encargos, no montante de R\$ 30.656 (R\$ 21.794 em 31 de março de 2023).

Notas Explicativas

33. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado
	03/2024	03/2023	03/2023
Receitas			
Empréstimos e financiamentos (i)	-	45.728	45.728
Fornecedores	1.250	5.084	5.084
Swap (ii)	18.073	-	-
Outros	11.949	4.218	4.218
	<u>31.272</u>	<u>55.030</u>	<u>55.030</u>
Despesas			
Empréstimos e financiamentos (i)	(18.073)	-	-
Fornecedores	(4.255)	(1.904)	(1.904)
Swap (ii)	-	(45.728)	(45.728)
Outros	(1.061)	(10.243)	(10.243)
	<u>(23.389)</u>	<u>(57.875)</u>	<u>(57.875)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>7.883</u>	<u>(2.845)</u>	<u>(2.845)</u>

(i) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

34. Lucro por ação

Os saldos apresentados abaixo, representam os montantes da Controladora e Consolidado.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	03/2024	03/2023
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	519.423	412.436
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.762	2.420.802
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,21	0,17

Notas Explicativas

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	03/2024	03/2023
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	519.423	412.436
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.421.012	2.420.802
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,21	0,17

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 250 milhares (a Companhia não possuía ações potencialmente diluidoras em 31 de março de 2023) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 27.

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresas controladas e coligadas são os seguintes:

	Ativo	
	Controladora	
	03/2024	12/2023
Telecom Italia Sparkle (i)	4.817	3.004
Gruppo Havas (vi)	99.343	6.544
TI Sparkle (iii)	266	187
TIM Brasil (vii)	22.918	22.803
Telecom Italia S.p.A. (ii)	3.267	3.298
I-Systems (ix)	4.964	7.502
Outros	97	96
Total	135.672	43.434

	Passivo	
	Controladora	
	03/2024	12/2023
Telecom Italia S.p.A. (ii)	109.689	127.902
Telecom Italia Sparkle (i)	6.553	4.797
TI Sparkle (iii)	9.878	8.087
TIM Brasil (iv)	10.858	10.858
Grupo Vivendi (v)	1.109	2.683
Gruppo Havas (vi)	85.984	68.407
I-Systems (viii)	64.213	60.367
Italtel (xi)	16.997	8.507
Outros	8.814	4.229
Total	314.095	295.837

Notas Explicativas

	Receita		
	Controladora		Consolidado
	03/2024	03/2023	03/2023
Telecom Italia S.p.A. (ii)	59	2.490	2.490
Telecom Italia Sparkle (i)	1.689	731	731
TI Sparkle (iii)	84	239	239
I Systems (ix)	276	12.390	12.390
Cozani (x)		3.041	-
Total	2.108	18.891	15.850

	Custo/Despesa		
	Controladora		Consolidado
	03/2024	03/2023	03/2023
Telecom Italia S.p.A. (ii)	31.336	29.892	29.892
Telecom Italia Sparkle (i)	2.653	3.240	3.240
TI Sparkle (iii)	5.071	4.404	4.404
Grupo Vivendi (v)	1.107	2.411	2.411
Gruppo Havas (vi)	141.549	140.284	140.284
I Systems (viii)	106.425	84.672	84.672
Cozani (x)		480.108	-
Outros	4.760	5.592	5.592
Total	292.901	750.603	270.495

- (i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
- (iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
- (v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
- (vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 130.194 (R\$ 125.629 em 31 de março de 2023), estão relacionados aos repasses de mídia.
- (vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.

Notas Explicativas

- (ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do closing da transação.
- (x) Referem-se a contratos relativos à operação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, roaming, cessão de meios e uso de radiofrequências, além de acordos de cofaturamento.
- (xi) Os valores referem-se ao desenvolvimento de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações. A empresa foi incorporada em abril de 2023 e todos os saldos *intercompany* eliminados.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de março de 2024, não há valores investidos (R\$ 1.226 em 31 de março de 2023).

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

36. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	03/2024	03/2023
Benefícios de curto prazo	6.248	7.828
Remuneração baseada em ações	2.806	2.132
	9.054	9.960

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

Notas Explicativas

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023.

Notas Explicativas

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 21.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Notas Explicativas

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	03/2024		12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	308.967	244.317	304.959	239.714
Outros derivativos (i)	502.453	-	502.453	-
	<u>811.420</u>	<u>244.317</u>	<u>807.412</u>	<u>239.714</u>
Parcela circulante	(304.527)	(244.317)	(299.539)	(239.714)
Parcela não circulante	506.893	-	507.873	-

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,44% das ações do capital do C6 em 31 de março de 2024 (4,44% em 31 de dezembro de 2023), onde o Grupo/Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$25,5 milhões até 31 de março de 2024 (R\$25,5 milhões até 31 de dezembro de 2023). Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, corresponde a R\$502 milhões. Não houve variação no período, pois a Companhia não realizou o direito de subscrição referente a metas contratuais.

O impacto da marcação a mercado é calculado pela diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e subsequentemente reavaliado e eventuais variações registradas no resultado financeiro da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados na nota 28.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2024 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2025	506.893
2026 em diante	-
	<u>506.893</u>

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 21 e 17.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	03/2024		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	1.450.631	974.378	2.425.009
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.450.631	974.378	2.425.009
Instrumentos financeiros derivativos	-	308.967	308.967
Outros derivativos	-	502.453	502.453
Títulos e valores mobiliários	1.399.128	-	1.399.128
Outros ativos financeiros	51.503	162.958	214.461
Total do passivo	-	244.317	244.317
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	244.317	244.317
Instrumentos financeiros derivativos	-	244.317	244.317
	12/2023		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.025.202	970.370	2.995.572
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.025.202	970.370	2.995.572
Instrumentos financeiros derivativos	-	304.959	304.959
Outros derivativos	-	502.453	502.453
Títulos e valores mobiliários	1.971.439	-	1.971.439
Outros ativos financeiros	53.763	162.958	216.721
Total do passivo	-	239.714	239.714
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	239.714	239.714
Instrumentos financeiros derivativos	-	239.714	239.714

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

Notas Explicativas

31 de março de 2024

	Mensurado s ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultad	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.211.447	2.425.009	9.636.456
Instrumentos financeiros derivativos	-	308.967	308.967
Outros derivativos	-	502.453	502.453
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	4.231.917	-	4.231.917
Títulos e valores mobiliários	-	1.399.128	1.399.128
Caixa e equivalentes de caixa	1.984.682	-	1.984.682
Arrendamentos	240.239	-	240.239
Depósitos judiciais	685.717	-	685.717
Outros ativos financeiros	-	214.461	214.461
Outros valores a compensar	68.892	-	68.892
Passivo, conforme o balanço patrimonial	21.132.949	244.317	21.377.266
Empréstimos e Financiamentos	3.247.882	-	3.247.882
Instrumentos financeiros derivativos	-	244.317	244.317
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.911.914	-	3.911.914
Passivo de arrendamento	12.393.483	-	12.393.483
Dividendos e JSCP a pagar	1.579.670	-	1.579.670

31 de dezembro de 2023

	Mensurado s ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultad	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.993.747	2.995.572	10.989.319
Instrumentos financeiros derivativos	-	304.959	304.959
Outros derivativos	-	502.453	502.453
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.908.773	-	3.908.773
Títulos e valores mobiliários	-	1.971.439	1.971.439
Caixa e equivalentes de caixa	3.077.931	-	3.077.931
Arrendamentos	236.341	-	236.341
Depósitos judiciais	689.739	-	689.739
Outros ativos financeiros	-	216.721	216.721
Outros valores a compensar	80.963	-	80.963
Passivo, conforme o balanço patrimonial	21.287.705	239.714	21.527.419
Empréstimos e Financiamentos	3.770.946	-	3.770.946
Instrumentos financeiros derivativos	-	239.714	239.714
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.612.112	-	4.612.112
Passivo de arrendamento	12.256.775	-	12.256.775
Dividendos e JSCP a pagar	647.872	-	647.872

Notas Explicativas

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de março de 2024, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Baseado na evolução obrigatória de mercado, efetuamos a transição do índice de nossa dívida junto ao KFW/Finninvera, passando de *Libor* para SOFR.

Da mesma forma, para mantermos a proteção, efetuamos a migração da operação de swap junto ao Bank of America, até então, baseada em Libor, passando a partir de janeiro de 2024 também para SOFR. Transição sem nenhum efeito em caixa e com o mesmo custo em percentual do CDI original.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de março de 2024

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	SOFR X DI	KFW/ Finnvera	Bank of America	84.667	84.667	100%	SOFR + 1,17826% a.a.	81,50% a 92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	194.288	195.976	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	67,73% a 69,50% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiaba nk	502.895	503.473	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.933.641	1.940.846	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	394.092	395.040	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2023

CONTRAPARTE				% Cobertura		TAXAS MÉDIAS SWAP		
Moeda	Tipo de SWAP			Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
		Dívida	SWAP					
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	125.854	125.854	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	206.140	207.987	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	67,73% a 69,50% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	485.498	485.740	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05% do CDI
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.068	517.727	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.880.389	1.882.880	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	392.340	393.389	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), SOFR e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da SOFR e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade (i)		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
Mar./24		2.996.665	-	2.996.665	(2.931.536)	65.130	-	-
CDI	provável	2.996.665	-	2.996.665	(2.931.536)	65.130	-	-
	possível	2.996.665	-	2.996.665	(2.945.733)	50.933	(14.197)	(14.197)
	remoto	2.996.665	-	2.996.665	(2.959.965)	36.701	(28.429)	(28.429)
USD	provável	2.996.665	-	2.996.665	(2.931.536)	65.130	-	-
	possível	3.143.078	146.413	3.143.078	(2.931.536)	211.542	146.413	-
	remoto	3.289.491	292.826	3.289.491	(2.931.536)	357.955	292.826	-
SOFR	provável	2.996.665	-	2.996.665	(2.931.536)	65.130	-	-
	possível	2.997.754	1.089	2.997.754	(2.931.536)	66.218	1.089	-
	remoto	2.998.843	2.178	2.998.843	(2.931.536)	67.307	2.178	-
IPCA	provável	2.996.665	-	2.996.665	(2.931.536)	65.130	-	-
	possível	2.905.525	(91.140)	2.905.525	(2.931.536)	(26.011)	(91.140)	-
	remoto	2.819.811	(176.855)	2.819.811	(2.931.536)	(111.725)	(176.855)	-

Notas Explicativas

(1) Cenários sensibilizados com os seguintes incremento nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(2) (KFW Finnvera, Scotia, BNB, Debenture e BNDES).

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	USD	SOFR	IPCA
CDI	Provável	10,65%	4,9962	5,34%	3,93%
	Possível	13,31%	4,9962	5,34%	3,93%
	Remoto	15,98%	4,9962	5,34%	3,93%
USD	Provável	10,65%	4,9962	5,34%	3,93%
	Possível	10,65%	6,2453	5,34%	3,93%
	Remoto	10,65%	7,4943	5,34%	3,93%
Libor	Provável	10,65%	4,9962	5,34%	3,93%
	Possível	10,65%	4,9962	6,67%	3,93%
	Remoto	10,65%	4,9962	8,00%	3,93%
IPCA	Provável	10,65%	4,9962	5,34%	3,93%
	Possível	10,65%	4,9962	5,34%	4,91%
	Remoto	10,65%	4,9962	5,34%	5,90%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incremento nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de março de 2024 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	03/2024	03/2023
Resultado líquido em operações de derivativos	(5.109)	(36.232)
Resultado de operações com outros derivativos	-	19.587

Notas Explicativas

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2023	3.770.946	12.256.775	(567.698)
Ingressos	-	763.281	-
Saldo de companhia incorporada	-	-	-
Cancelamentos	-	(225.079)	-
Encargos financeiros	77.758	366.190	23.182
Variações cambiais, líquidas	18.073	-	(18.073)
Pagamentos	(618.895)	(767.684)	(4.514)
31 de março de 2024	3.247.882	12.393.483	(567.103)

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2022	4.969.825	9.948.873	(508.251)
Ingressos	-	708.116	(20.370)
Cancelamentos	-	(109.726)	-
Encargos financeiros	99.011	274.009	(9.496)
Variações cambiais, líquidas	(45.728)	-	45.728
Pagamentos	(73.048)	(616.822)	(17.537)
31 de março de 2023	4.950.060	10.204.450	(509.926)

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2022	4.969.825	12.831.865	(508.251)
Ingressos	-	1.108.409	(20.370)
Cancelamentos	-	(109.726)	-
Encargos financeiros	99.011	172.435	(9.496)
Variações cambiais, líquidas	(45.728)	-	45.728
Pagamentos	(73.048)	(805.702)	(17.537)
31 de março de 2023	4.950.060	13.197.281	(509.926)

Notas Explicativas

38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	03/2024	12/2023
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.019	5.019

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

39. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de março de 2024, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$590.376
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$90.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	03/2024	03/2023	03/2023
<u>Transações que não envolvem caixa</u>			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(716.687)	(620.312)	(1.097.675)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	763.281	620.312	1.097.675

41. Eventos subsequentes

Antecipação do pagamento de dividendos

A Companhia, em continuidade aos Avisos aos Acionistas divulgados em 28 de março de 2024 e 16 de abril de 2024, informou aos seus acionistas e mercado em geral, que antecipou para o dia 22 de abril de 2024, o pagamento da primeira parcela dos Dividendos Complementares, no valor de R\$ 437.000.

Tal pagamento, inicialmente previsto para o dia 23 de abril de 2024, mantém as demais condições originalmente informadas, tendo sido o dia 09 de abril de 2024 a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores.

Antecipação de pagamento de JSCP

A Companhia em continuidade ao Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia em 19 de março de 2024, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que antecipou, para o dia 22 de abril de 2024, o pagamento de JSCP, no valor de R\$ 200.000.

Tal pagamento, inicialmente previsto para o ser realizado até dia 23 de abril de 2024, mantém as condições originalmente informadas, tendo sido o dia 22 de março de 2024 a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores.

Aporte para o Fundo de Investimentos 5G

Em 30 de abril de 2024, a Companhia realizou novo aporte de aproximadamente US\$ 15 milhões (R\$ 77 milhões) no Fundo 5G, reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas da
Tim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tim S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e financeiras e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2(h), em decorrência da mudança da política contábil relativa à apresentação de determinados fluxos de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas, os valores correspondentes referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Leonardo Amaral Donato
Contador CRC-1RJ090794/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 31 de março de 2024 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 6 de maio de 2024.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

HELOISA BELOTTI BEDICKS
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2024.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2024.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2024.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2024.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer